



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ETNOBIOLOGIA E  
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - PPGETNO**

**DISSENSÕES ENTRE OS SABERES POPULARES DAS PARTEIRAS  
MARANHENSES E BIOMEDICINA: UM OLHAR A PARTIR DA  
ETNOBIOLOGIA POLÍTICA**

**ANA CAROLINA RIBEIRO ARAÚJO**

São Luís – MA

2024

ANA CAROLINA RIBEIRO ARAÚJO

**DISSENSÕES ENTRE OS SABERES POPULARES DAS PARTEIRAS  
MARANHENSES E A BIOMEDICINA: UM OLHAR A PARTIR DA  
ETNOBIOLOGIA POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE, UEPB, URCA e UFPE) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. Gustavo Taboada Soldati (UFJF)

**Coorientador:** Prof. Dr. Emmanuel Almada (UEMG)

São Luís - MA

2024

Ribeiro, Ana Carolina.

Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política. Dissertação.  
Orientador: Gustavo Taboada Soldati.

1. Saúde coletiva
2. Biomedicina
3. Cosmologia popular de saúde
4. Parteiras tradicionais
5. Justiça social
6. Etnobiologia política

64 p.

São Luís, 2024.

Este trabalho é dedicado à Dona Marina, presidente da Federação das Parteiros Tradicionais do Maranhão. Mulher, mãe, avó, parteira, educadora, e tantas coisas mais.

A quem tenho profunda admiração, inspiração e respeito.

É dedicado também a todas as parteiras tradicionais que com seu zelo, cuidado e dedicação proporcionam boas-vindas à vida com humanidade.

*“Pai, Filho e Espírito Santo, estamos aqui para aprender e ensinar outras pessoas.”*

Dona Marina, presidente da Federação das Parteiros Tradicionais do Maranhão.

## AGRADECIMENTOS

*Eu vi a mulher preparando outra pessoa  
O tempo parou pr'eu olhar para aquela barriga  
A vida é amiga da arte  
É a parte que o sol me ensinou  
O sol que atravessa essa estrada que nunca passou*

Força estranha, 1979

Compositor: Caetano Emmanuel Viana Teles Veloso

Gestar meus filhos durante a minha graduação, em um dos piores (des)governos da história do país, e em parte durante a Pandemia da COVID-19, me fizeram viver muitos sentimentos de insegurança e incerteza de futuros possíveis. O tempo passou a ser concebido dentro de uma outra perspectiva. Ainda que habitasse em pensamentos temerosos, me sentia obrigada a ter esperança de dias melhores pelos meus filhos.

Chegar até essa etapa da pós-graduação, em um programa de mestrado estimado por mim desde o início do curso de graduação, representa o desenvolvimento da semente da esperança que foi plantada em mim por meus filhos. Em muitos momentos mergulhei em processos pessoais sombrios, devido ao peso das cargas sobrepostas em mim. Mas, o sol que atravessa essa estrada, que nunca passou, possibilitou que a esperança florescesse. E, com ela, a abertura de caminhos para sonhar com outros futuros.

Aos meus filhos, agradeço por me ensinarem a paciência, a resiliência, e a esperança. Ao meu companheiro, por todo apoio e incentivo. Aos meus pais e família, pela infindável força, vocês são a minha base. Em especial minha irmã, Fernanda, a firmeza de nossa relação é uma fortaleza.

Ao meu orientador, Prof. Gustavo Taboada Soldati, que me orienta desde a graduação, e me ensina desde então sobre o exercer de uma ciência cidadã, responsabilidade e dedicação. Sou grata pela paciência, pelas oportunidades, conselhos e por todo companheirismo que construímos. Agradeço ao Sociobiolab, por, em vários momentos, não me deixarem desistir.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudo durante o mestrado. A educação pública resiste, bem como as mães nas Universidades.

## Sumário

AGRADECIMENTOS .....	
RESUMO.....	
ABSTRACT.....	
Capítulo 1 - Introdução geral .....	13
Contextualização do problema de pesquisa .....	13
Problema de pesquisa, objetivos e hipóteses .....	15
Estrutura da dissertação .....	17
Capítulo 2 - Fundamentação teórica para uma Etnobiologia Política no contexto das dissensões entre saberes populares e científicos sobre o parto.....	19
Resumo .....	19
Abstract.....	19
Apresentação.....	20
Etnobiologia política.....	24
A Etnobiologia Política e os saberes tradicionais do parto.....	25
Conclusão .....	29
Referências bibliográficas .....	29
Capítulo 3 - Dissensão entre o saber popular das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política.....	34
Resumo .....	34
Abstract.....	35
Introdução .....	35
Materiais e métodos.....	37
Resultados.....	40
Discussão .....	48
Conclusões.....	52
Agradecimentos .....	54
Capítulo 4 – Desafios de uma pesquisadora, mulher e mãe junto às suas parceiras, mulheres, mães e parteiras.....	57
Resumo .....	57
Abstract.....	57
CONCLUSÕES FINAIS .....	63
ANEXO 1 - Entrevista semi-estruturada empregada na pesquisa “Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política”.....	66
ANEXO 2 – Lista livre empregada na pesquisa “Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política.” .....	12
ANEXO 3 – Lista livre de uso e acesso empregada na pesquisa “Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política .....	13

## RESUMO

ARAUJO, Ana Carolina Ribeiro. Me. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 02/2024. Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política; Gustavo Taboada Soldati e Emmanuel Duarte Almada.

A Etnobiologia Política constitui-se no ambiente de formulação de ferramentas teóricas, conceituais e práticas que amparem a concepção de estratégias elaboradas por povos e comunidades tradicionais enquanto mecanismo de decolonização e fortalecimento de saberes destinados à biodiversidade. O presente estudo dedica-se, primeiramente, à construção de uma fundamentação teórica da Etnobiologia Política alicerçada nos conceitos da Ecologia Política, Ecologismo dos Pobres, Justiça Ambiental, Ecologia Social, Ecologia do Conhecimento e pensamento decolonial. Nesse contexto, como objeto de estudo, examinou-se a correlação de forças entre o ofício das parteiras tradicionais no estado do Maranhão, sua identidade e biodiversidade e a biomedicina hegemônica, representando o poder capital e social dominante, por meio de entrevistas semiestruturadas e turnês guiadas com parteiras vinculadas à Federação de Parteiras do Maranhão. Ao longo da execução da pesquisa, além dos resultados acerca da sua construção da identidade tradicional e dos mecanismos e estratégias de reconhecimento e luta por emancipação das parteiras, levantaram-se reflexões acerca das forças patriarcais que se assentam tanto sobre as mulheres objeto da pesquisa quanto sobre as pesquisadoras, sobretudo mães, e impactam no fazer científico.

**Palavras-chave** Etnobiologia Política, Parteiras tradicionais, Biomedicina.

## ABSTRACT

ARAUJO, Ana Carolina Ribeiro. MSc. Federal Rural University of Pernambuco. 02/2024. Dissensions between the popular knowledge of Maranhão midwives and biomedicine: ; Gustavo Taboada Soldati and Emmanuel Duarte Almada.

Political Ethnobiology constitutes the environment for formulating theoretical, conceptual, and practical tools that support the conception of strategies developed by peoples and traditional communities as a mechanism for decolonization and strengthening knowledge related to biodiversity. This study is primarily dedicated to constructing a theoretical foundation for Political Ethnobiology grounded in the concepts of Political Ecology, Environmentalism of the Poor, Environmental Justice, Social Ecology, Ecology of Knowledge, and decolonial thought. In this context, the study examined the power dynamics between the practice of traditional midwives in the state of Maranhão, their identity and biodiversity, and hegemonic biomedicine, representing the dominant capital and social power. This was done through semi-structured interviews and guided tours with midwives affiliated with the Maranhense Midwives Federation. Throughout the research, in addition to the results regarding the construction of their traditional identity and the mechanisms and strategies for recognition and emancipation of midwives, reflections were raised on the patriarchal forces that impact both the women under study and the researchers, especially mothers, influencing scientific practices.

**Key-words** Political Ethnobiology, Traditional Midwives, Biomedicine.



## Capítulo 1 - Introdução geral

### Contextualização do problema de pesquisa

Ainda no pré-vestibular, me acometia a comum indecisão acerca de qual curso eleger para me dedicar aos estudos na universidade. Nascida e criada em terras de encantaria, São Luís, Maranhão, ao me fascinar com a percepção de que, assim como o corpo se nutre do alimento, o *ser* se nutre da cultura, me instigava a área de ciências humanas, sobretudo o estudo em saberes culturais populares que são indissociáveis ao ser e viver de uma comunidade. Por outro lado, muito me inquietava a paixão e curiosidade pela “natureza” e seus processos, área pela qual sempre tive afinidade e prazer em dedicar-me aos estudos. Decidida, então, por cursar Ciências Biológicas, desde o momento da aprovação no vestibular em Minas Gerais, considerei que seria uma interessante linha de estudo as plantas medicinais e o universo cultural popular no qual são compreendidas em uma comunidade.

Durante a graduação, busquei me envolver com projetos de pesquisa que construíssem diálogos entre os saberes populares e os conhecimentos acadêmicos, quando tive o primeiro contato com a Etnobiologia. Um desses projetos, intitulado “Uso religioso da sociobiodiversidade e direitos difusos”, se dedicou ao início do processo de construção coletiva de um Protocolo Comunitário Biocultural dos Povos de Terreiro de Juiz de Fora, Minas Gerais, como uma estratégia de garantia de direitos para uso e acesso à biodiversidade, em parceria com o Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Após um episódio de racismo ambiental em um parque municipal, esse projeto representou a possibilidade de conquista da justiça socioambiental, por meio da organização política dos povos de terreiro. Enquanto bolsista de extensão, empenhei-me ao estudo dos Protocolos Comunitários Bioculturais como documento estratégico e político para a garantia de direitos consuetudinários, aqueles que são fundamentados nas tradições ancestrais dos povos e comunidades.

Concomitante, muito influenciada por conversas proporcionadas pela minha família de bacharéis em Direito e com forte consciência de classe, passei a interessar-me pela luta de movimentos sociais ambientalistas e o universo jurídico que tange as causas socioambientais e a justiça social. Em meio à uma vida universitária energética, entre disciplinas, projetos de extensão e o movimento estudantil, fui surpreendida com uma gestação não planejada. Decidir seguir com a gravidez me trouxe a incerteza de conclusão do tão sonhado curso superior, mas me restava a coragem. A demanda em cuidados

obstétricos me fizera despertar para as práticas humanizadas em saúde gestacional, tendo em vista a vulnerabilidade de gênero e as violências médicas hospitalares vivenciada pelas gestantes no Brasil e no Mundo.

Eu parto do entendimento de que, a Biomedicina, ao se consolidar como um “crivo da verdade”, alicerçada pela autoridade da linguagem científica e tecnicista, predominantemente masculina e alinhada à Revolução Científica, implementa a medicalização enquanto processo que torna patológicos situações e comportamentos não médicos (BRASIL, 2010). Ao priorizar o saber médico academicista (OLIVEIRA, 2019) esse processo historicamente desqualifica os saberes médicos tradicionais ou populares, pois, em suma, não atendem à lógica de produção e reprodução do capital e aos interesses hegemônicos (BARBOSA NATAL, 2021). Deste modo, tem-se que a saúde biomédica enquanto produto mercadológico, deslocada de suas funções sociais e simbólicas da prática de cura, tornando-se um vetor de lucro (DUPUY, 1980). De outra forma, a partir da década de 1970, a Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstra interesse em integrar aos sistemas de saúde “oficiais” às “medicinas tradicionais”, porém, atribui às ciências biomédicas ocidentais, enquanto instância legítima, o processo de depuração e validação do conhecimento tradicional, submetendo-o a inspeção científica e, assim, estabelecendo uma hierarquia entre a racionalidade biomédica e os valores dos demais saberes (FERREIRA, 2013). Por consequência, a medicalização centrada na biomedicina agrava os problemas da atenção pública de saúde, limitando a disponibilidade apropriada de serviços médicos às populações periféricas e rurais (SALAS, 2019; VIANA, 2010).

Ao ser assistida por uma doula, fazer o uso das medicações placentárias e atravessar o portal do parto para a maternidade, minha percepção sobre a vida e o nascer mudaram profundamente, o que me levou à formação em cursos de terapias alternativas voltadas à gestação. Concluída a graduação e minha segunda gestação, retornei à minha terra natal, São Luís, Maranhão, para ter melhores condições de vida e cuidado com os meus filhos. Próxima à minha família, passei a interessar-me pelo ofício das parteiras tradicionais maranhenses, seus conhecimentos populares, suas perspectivas de saúde, sua organização e inserção sociopolítica. No Brasil, a partir de 2000, o Ministério da Saúde enfatizou os direitos e a humanização no Sistema Único de Saúde (SUS) e concebeu o Programa “Trabalhando com Parteiras Tradicionais”. O Ministério da Saúde define como parteira tradicional aquela que presta assistência ao parto domiciliar baseada em saberes e práticas tradicionais e que possui reconhecimento comunitário (BRASIL, 2010). O programa, que tem como objetivo reconhecer o ofício tradicional da parteira e estabelecer parcerias para

a redução da morbimortalidade materna e neonatal, conceituou e oficializou um movimento relevante. As parteiras possuem uma multiplicidade de saberes e fazeres oriundos de práticas tradicionais de manejo de raízes e ervas que asseguram sua autonomia em saúde, transmitidos prioritariamente pela oralidade no contexto familiar e nas redes de relações comunitárias (BARBOSA NATAL, 2021). O Maranhão é um dos Estados brasileiros que expressa um número representativo de parteiras em atividade (PEREIRA, 2009). A Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão, fundada em 1999, é composta por mulheres em sua maioria de bairros periféricos (FROZ, 2015) e são ameaçadas pela invisibilidade de políticas públicas e pela violência urbana, além da precarização do ofício consequente da disputa de poder assimétrico com o sistema médico hegemônico de saúde (PEREIRA, 2009).

Este texto é resultado de, aproximadamente, 24 meses de dedicação acadêmica ao tema exposto. Implicitamente ou explicitamente, ele emerge também da dedicação e da coragem de uma mãe de dois filhos, que vive no Maranhão, sem rede de apoios, que precisou cursar algumas disciplinas com a filha mais nova no colo ou acompanhada de uma televisão com estridentes sons dos desenhos animados, preocupada com o almoço, saúde e bem-estar. De certa maneira, suspeito que a minha luta diária e incessante, como mãe e mestrande, para a consolidação desse texto entra em sintonia com as disputas das parteiras do Maranhão. Não necessariamente em profundidade ou complexidade, apenas ressonantes por termos a mesma “frequência”, a de mulheres na luta. Assim, eu e as parteiras parceiras desta pesquisa, suspeito, criamos uma rede inexplicável, mas, certamente ancestral, de autocuidado e cura no enfrentamento das nossas violações. Dessa compreensão nasceu a necessidade de escrever mais um capítulo (segundo manuscrito), que será explicitado a seguir.

### **Problema de pesquisa, objetivos e hipóteses**

A soma dos caminhos expostos anteriormente me motivara compreender **(pergunta)** “quais são as possíveis dissensões entre os saberes populares e acadêmicos?”, tendo a prática da saúde da mulher como elemento principal. Para tanto, foram elaboradas as seguintes hipóteses: **H<sub>1</sub>**= A biomedicina suprime as variáveis que definem a identidade tradicional de parteiras do Maranhão (valores, conceitos, conhecimentos, práticas, uso da biodiversidade, organização social, direitos e desafios) e **H<sub>2</sub>**= A biomedicina diminui o acesso e uso da biodiversidade das parteiras do Maranhão. Para responder esta pergunta e avaliar as hipóteses estabelecidas, assumi como **objetivo principal** compreender a

correlação de forças entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina e os seus desdobramentos práticos e políticos. Desejei compreender a construção histórica da identidade tradicional das parteiras maranhenses, suas práticas e cosmologia de saúde associadas a biodiversidade e seus mecanismos de resistência popular em busca de justiça social. Para tanto, os objetivos específicos foram: **a)** caracterizar as variáveis (valores, conceitos, conhecimentos, práticas, uso da biodiversidade, organização social, direitos e desafios) que definem a identidade tradicional das parteiras do Maranhão; **b)** registrar o uso da biodiversidade no ofício da parteria tradicional; **c)** avaliar como as variáveis que definem a identidade tradicional de parteiras do Maranhão se dissensionam quando em contato com a biomedicina; e **d)** compreender as estratégias de parteiras tradicionais do Maranhão para garantir seus direitos diante deste processo de dissensão entre conhecimento tradicional e biomedicina.

Optei por uma “abordagem política”, uma vez que a dissertação emerge investigações que tangem diferentes domínios (social, biológico, cultural e político). Sob o olhar da “Etnobiologia Política”<sup>1</sup>, defende-se a construção de estratégias de mitigação e superação de crises socioambientais a partir da visibilização dos povos tradicionais, seus direitos e lutas, vislumbrando-se a construção participativa de um outro projeto de sociedade (ver SANTILLI, 2005; ARMSTRONG E MCALVAY 2019). Este campo emergente, mas ao mesmo tempo histórico, dialoga com a Ecologia Política (ver LEFF, 2021), o Ecologismo dos Pobres (ALIER, 2018), a Ecologia Social (CARVALHO, 2005), a Ecologia do Conhecimento (CRÉPEAU, 2005), e Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2010). Debruça-se, assim, sobre a multidimensionalidade das relações e tensões socioculturais, político econômicas e psicossocioculturais que subjazem a relação “culturas e naturezas”. Considera temas relacionados à crise ambiental, a partir de uma nova configuração dos direitos ambientais, considerando a autonomia e os direitos territoriais. Entende, por fim, as comunidades como “sujeitos de interesse público” e os povos como “sujeitos de direitos” (SOLDATI; ALBUQUERQUE, 2016). A Etnobiologia Política parece-me notável para compreender as relações entre grupos humanos e o ambiente em

---

<sup>1</sup> Salvo o melhor entendimento, ainda não existe um texto acadêmico que conceitue este termo. Entretanto, optei por utilizá-lo, pois tenho acompanhado alguns exercícios, não necessariamente textuais, para sua formulação. Em resumo, esse conceito, em diálogo com o termo “Etnobiologia da ação”, presume uma “etnobiologia ativamente anti-opressora que trabalha para dismantelar sistemas que marginalizam as comunidades com as quais trabalhamos ou vivemos tem sido relativamente menos explorado” Armstrong e McAlvay (2019).

que estão inseridos, considerando suas dimensões políticas, especificamente as contraposições entre o conhecimento científico e saberes tradicionais.

Para o primeiro momento de registro em campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019) com questões capazes de identificar as variáveis que definem a autoidentificação, a partir das seguintes dimensões: valores, conceitos, conhecimentos, práticas, uso da biodiversidade, organização social, direitos e desafios. O roteiro de questões utilizado buscou identificar essas variáveis em um cenário reconhecido pelas parteiras como “pleno”, ou seja, como elas identificam que a sua tradicionalidade seria exercida em um cenário “ideal”. Em um segundo momento, esse mesmo roteiro de questões buscou compreender como a sua tradicionalidade de fato ocorre nos contextos estudados, se as variáveis são potencializadas ou suprimidas pela biomedicina na realidade vivenciada. Estes dois cenários (potencial e real) são utilizados para compreender a influência da biomedicina sobre o ofício tradicional. Finalmente, o roteiro de questões captou o uso e acesso à biodiversidade, contando com a contribuição de listas livres (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019). As turnês guiadas (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019) com as parteiras também complementaram a metodologia para dados de uso da biodiversidade. O diário de campo e a observação participante (CAMPOS; SILVA; ALBUQUERQUE, 2019), em diversas etapas do ofício das parteiras, foram empregados para a complementação e triangulação dos dados.

### **Estrutura da dissertação**

O presente documento se organiza em da seguinte forma: o **Capítulo I**, destinado a fundamentação teórica, busca refletir sobre a Etnobiologia e a Etnobiologia Política enquanto base teórica analítica. Considerando o processo avaliado, objeto do estudo, reflete sobre algumas problemáticas do processo de medicalização da saúde, entendido como um “projeto de poder” exercido pela biomedicina. Neste sentido, se faz necessário refletir a respeito da estruturação dos programas de políticas públicas para a saúde da mulher e do parto. Por fim, sob a perspectiva da abordagem política adotada pela pesquisa, trabalha-se e os mecanismos de ação popular de resistência a políticas hegemônicas que promovem a conservação da diversidade sociobiológica. Espera que este texto seja consolidado e oportunamente publicado como artigo científico introdutório ao tema. O **Capítulo II** corresponde ao primeiro manuscrito desta dissertação, intitulado “Fundamentação teórica para uma Etnobiologia Política no contexto das dissensões entre saberes populares e científicos sobre o parto”. Este texto, baseado no problema de estudo

e seus objetivos, pretende a) caracterizar o grupo de estudo parceiro da pesquisa; b) a construção histórica da identidade tradicional das parteiras maranhenses; c) sua organização sob a Federação Maranhense de Parteiras Tradicionais; d) compreender a estruturação da saúde pública coletiva na região contemplada pela pesquisa, regiões periféricas e interioranas e e) avaliar as dissensões entre os saberes populares e acadêmicos. Este capítulo está apresentado nas normas da revista “Ethnobiology and Conservation”. O **Capítulo III** pretende ser o segundo manuscrito. Como explicado anteriormente, o próprio processo de desenvolvimento desta pesquisa produziu, no meu entendimento, uma valiosa experiência capaz e necessária de ser socializada. Uma pesquisa desenvolvida por uma mulher e mãe junto a outras mulheres, periféricas, na sua grande maioria mãe, tendo como elemento condutor o parto, evidenciou elementos e processos desafiadores opressores. Considerando que a Etnobiologia Política busca romper com essas amarras sociais e estruturais, o terceiro capítulo é uma reflexão sobre os limites e dificuldades desta pesquisa. O **Capítulo IV**, por fim, desdobra-se nas considerações finais. Através da caracterização das variáveis que definem a identidade tradicional das parteiras, a cosmologia de saúde associada a biodiversidade e seus mecanismos de resistência popular em busca de justiça social, traça-se a discussão a dissensão dessas variáveis quando em contato com a biomedicina. As principais conclusões a partir dos resultados parciais da pesquisa aponta para a compreensão da articulação política das parteiras tradicionais do Maranhão para garantia de direitos diante deste processo. Diante do exposto, espera-se que, desta dissertação, sejam derivados três artigos acadêmicos.

## **Capítulo 2 - Fundamentação teórica para uma Etnobiologia Política no contexto das dissensões entre saberes populares e científicos sobre o parto<sup>2</sup>**

Ana Carolina Ribeiro Araújo<sup>1\*</sup>, Emmanuel Almada<sup>2</sup> e Gustavo Soldati<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife, Pernambuco, 52171-900, Brazil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, 88040-900

<sup>3</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900, Brazil.

\* Corresponding author: ana.ribeiro@ecologia.ufjf.br

### **Resumo**

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica acerca da Etnobiologia política, sob o alicerce dos conceitos da Ecologia Política, Ecologismo dos Pobres, Justiça Ambiental, Ecologia Social, Ecologia do Conhecimento e pensamento decolonial. O presente texto pretende, assim, estruturar uma fundamentação teórica que permita examinar, sob uma perspectiva crítica, política e emancipatória, as relações e dissensões entre os saberes tradicionais ou populares com os saberes acadêmicos. Como elementos concretos, avaliamos o “ofício tradicional da parteira” em contraponto ao processo de medicalização e relações de poder assimétricas exercida pela “biomedicina”, relacionando a Etnobiologia política aos saberes tradicionais do parto e a cosmologia popular de saúde. Nesse contexto, entendeu-se o campo da Etnobiologia Política como ciência destinada à construção de ferramentas teóricas, conceituais e práticas que amparem a concepção de estratégia elaboradas por povos e comunidades tradicionais enquanto mecanismo de decolonização e fortalecimento de saberes destinados à biodiversidade.

**Palavras-chave** Cosmologia popular de saúde, biomedicina, Etnobiologia política

### **Abstract**

This is a bibliographic review study on Political Ethnobiology, based on the foundations of Political Ecology, Environmentalism of the Poor, Environmental Justice, Social Ecology, Ecology of Knowledge, and decolonial thought. The present text aims to

---

<sup>2</sup> Manuscrito no formato da Revista Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine ISSN 1746-4269

structure the theoretical framework that allows examining, from a critical, political, and emancipatory perspective, the relationships and disagreements between traditional or popular knowledge and academic knowledge. As concrete elements, we evaluate the "traditional midwifery profession" in contrast to the medicalization process and asymmetric power relations exercised by "biomedicine," linking Political Ethnobiology to the traditional knowledge of childbirth. In this context, the field of Political Ethnobiology is understood as a science aimed at building theoretical, conceptual, and practical tools that support the conception of strategies developed by traditional peoples and communities as mechanisms for decolonization and strengthening knowledge related to biodiversity.

**Key-words** Popular Health Cosmology, Biomedicine, Political Ethnobiology

### **Apresentação**

A presente revisão bibliográfica pretende estruturar um alicerce teórico capaz de avaliar, sob uma perspectiva crítica, política e emancipatória, as relações e dissensões entre os saberes tradicionais ou populares com os saberes acadêmicos. Este texto apresenta reflexões epistemológicas, teóricas, conceituais e práticas e sobre uma “abordagem política” da Etnobiologia, por vezes chamada de Etnobiologia Aplicada (CATHERINE, 2019), Etnobiologia Engajada (CATHERINE, 2019) ou Etnobiologia da Ação (CARON-BEAUDOIN and ARMSTRONG, 2019). Optamos e preferimos considerar essa abordagem como “Etnobiologia Política”, pois, no nosso entendimento, os adjetivos propostos não expressam a profundidade crítica e emancipatória a que esse campo se propõe. Salvo engano, os termos “aplicada”, “engajada” e da “ação” remetem apenas a uma “ação prática” desconsiderando outras dimensões necessárias. Também falham pois não definem o “sentido”, ou seja, aplicada “para quem”, “por quem” e “para o que”?

Essa abordagem “política”, ainda que apresente laços embrionários com as ações vanguardistas de Darrell Posey nas décadas de 1960 a 1980, está em atual reconstrução. A Etnobiologia Política se ampara na Ecologia Política (ver Leff, 2021), mas também em outros conceitos críticos, como Ecologismo dos Pobres (ALIER, 2018), Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2010), Ecologia Social (CARVALHO, 2005) e Ecologia do Conhecimento (CRÉPEAU, 2005). Em suma, a Etnobiologia Política almeja, em plena parceria com os povos indígenas e comunidades locais, a construção de conhecimentos



(teorias, conceitos) e práticas capazes de desenvolver estratégias de disputa e luta para a emancipação destes grupos contra as estruturas de poder do capitalismo, sistema político e econômico que, por se assentar na opressão do homem pelo homem e da natureza pelo homem, viola as diversas interrelações tradicionais com a sociobiodiversidade. Optamos por utilizar o termo “sociobiodiversidade”, pois ele assume que, ao largo da história, homens e mulheres organizados em culturas e sociedades estabeleceram relações viscerais com a biodiversidade em suas diversas formas de organização (genes, indivíduos, populações, comunidades, paisagens, ecossistemas). Esta relação se qualifica por ser co-evolutiva, de modo que os elementos envolvidos se influenciam mutuamente, ou seja, suas características são determinadas dialogicamente e não podem ser, portanto, compreendidas separadamente. Não há biodiversidade sem homens e mulheres e homens e mulheres sem biodiversidade, justificando o prefixo “socio”. O uso desse termo poderia ser desqualificado pela compreensão de que espécie humana é “apenas mais uma dentre todas as outras”. Entretanto, acredita-se que esta relação ancestral e íntima produziu, na dualidade pessoas e meio, processos, dinâmicas e implicações exclusivos, permitindo o seu destaque. Vivemos em sociedades com sistemas culturais, econômicos e políticos complexos. Além disso, optamos pelo uso do termo sociobiodiversidade para romper com a lógica, salvo melhor entendimento, bastante difundida na academia, da dualidade entre “natureza” e “cultura”. Assim, o uso desse termo também é uma opção, além de conceitual, política.

As contribuições deste texto são concebidas em diálogo com a “saúde no parto”, pois: a) a compreensão de um cenário prático apresenta elementos concretos e b) este recorte revela processos de violações e opressões machistas, epistêmicos e capitalistas nas relações entre culturas e meio. Como elementos concretos, avaliamos o “ofício tradicional da parteira” em contraponto ao processo de medicalização e relações de poder assimétricas exercida pela “biomedicina”.

### **Antecedentes conceituais**

Desde a década de 1880, são identificados, pela comunidade científica, “centros de diversidade biológica” os quais são alvo de interesse econômico dos países industrializados (HUNN, 2007; CERVANTES, 2013). Este “interesse”, proveniente de processos colonizadores exploratórios, é apenas uma faceta das relações assimétricas entre os países tropicais megadiversos, mas economicamente pobres, e os países de clima temperado, dotados de acúmulo bélico, tecnológico e econômico (CERVANTES, 2013).

O estabelecimento e a imposição de um modelo econômico social, dependente da exploração e transferência de recursos naturais entre norte e sul global e a submissão de culturas pela lógica de produção do capital é a grande força motriz dos impactos socioambientais (SVAMPA, 2019).

Este é o cenário, histórico e atual, sobre o qual a Etnobiologia Política se destina, nunca apartada de outros campos também críticos, como a Ecologia Política. Inicialmente, este termo foi citado pela primeira vez na literatura acadêmica no ano de 1935 pelo autor Frank Throne, mas é no início dos anos de 1960 e 1970 que essa disciplina é instituída a partir da intersecção entre a Geografia Humana, a Ecologia Cultural e a Etnobiologia (LEFF, 2021). A Ecologia Política parte do entendimento que a lógica econômica concentradora, uma dinâmica intrínseca do sistema capitalista, é entendida como causa estrutural dos problemas ambientais (FOLADORI, 2001). O sistema capitalista demanda um ininterrupto processo de reprodução do capital e, especialmente, criação de novos nichos de mercado (CERVANTES, 2013). Neste processo, a exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem é condicionante. O resultado, é um sistema que, independente do tamanho da população mundial (em diálogo com uma perspectiva malthusiana), sempre demandará, cada vez mais, a concentração de renda, poder e recursos naturais. Esta é uma das principais contradições deste sistema que, segundo Alier (2018), não nos permite conceber um capitalismo verde. A fim de conceber uma “episteme ecológica” que seja capaz de compreender e, ao mesmo tempo, superar a crise ambiental causada pelo sistema capitalista e a tecnificação da vida, a Ecologia Política assume que os limites do processo civilizatório provocam uma “crise ambiental”, a partir das relações de poder associadas a distribuição ecológica e as lutas sociais do processo de apropriação da natureza.

Quando consideramos a América Latina, a Ecologia Política, além de uma visão classista, que destaca exploração do trabalho alheio e da natureza, explicitadas anteriormente, agrega uma nova dimensão analítica: as relações geopolíticas entre o norte e o sul global. É caro a esta abordagem a compreensão de que o processo de colonização não encerra com as independências das colônias, mas são reconstruídos ao ponto de manter a mesma relação de dominação (CERVANTES, 2013). Por exemplo, não é mais necessário dominar militarmente um território para se ter livre acesso à biodiversidade, basta ter o domínio tecnológico (ref). Nasce, portanto, o “pensamento decolonial” uma corrente teórica que critica as estruturas de poder, conhecimento e cultura que foram estabelecidas durante os períodos coloniais e que continuam a ter influência nas

sociedades contemporâneas. O pensamento decolonial a) critica a ideia de superioridade cultural, social e intelectual do mundo ocidental (Eurocentrismo) e, desta forma, questiona a validade e a relevância dos padrões eurocêntricos em diversas áreas, incluindo conhecimento acadêmico, arte, política e economia. Este pensamento também analisa e desconstrói as estruturas de poder coloniais e as formas como elas continuam a operar mesmo após a independência política, distando-se, para o nosso texto, aquelas associadas à biodiversidade. Mas também recebemos do pensamento colonial a necessidade de valorização do conhecimento local frequentemente marginalizados ou ignorados pelos sistemas de educação e pesquisa dominantes, pois, sendo baseados na socialização do saber e não na produção de segredos que viram mercadorias, não sustentam o sistema capitalista (Ver France 2013). Finalmente, o pensamento decolonial valoriza a diversidade de experiências, diálogo de saberes e a luta contra a injustiça.

Na América Latina, estas relações geopolíticas desiguais forjaram e forjam a luta popular, especialmente por processos emancipatórios para a descolonização do conhecimento, reinvenção de seus territórios e de reapropriação da natureza (LEFF, 2013). O pensamento ambiental latino-americano, marcado pela consciência da exploração estrangeira e do intercâmbio ecologicamente desigual, concebe o “território” enquanto espaço multidimensional para a organização das práticas políticas de comunidades ecológicas e empobrecidas (ALIER, 2018; LEFF, 2021). A Ecologia Política, enquanto propulsora de uma nova racionalidade ambiental, provoca uma “nova configuração” dos direitos ambientais como o respeito à autonomia e aos direitos territoriais por entender as comunidades como “sujeitos de interesse público” e os povos como “sujeitos de direitos públicos” (LEFF, 2013; LEFF, 2021). O desencadeamento do debate teórico-político ambiental a partir da oposição dos povos latino-americanos e caribenhos de submissão à racionalidade ambiental pautada em políticas neoliberais acrescem o conceito de territorialidade e o direito à diferença nos conflitos socioambientais no âmbito da Ecologia Política (LEFF, 2021). Finalmente, para além das discussões epistemológicas, políticas e éticas para alcance de modos de produção sustentáveis, a Ecologia Política na América Latina encara o desafio de disputar e reapropriar o patrimônio biocultural de seus povos, uma vez que a reinvenção e a reconstrução de suas vidas-territórios se manifestam em estratégia luta pelo direito de resistência de suas identidades político-sociais tradicionais (LEFF, 2021).

Outra abordagem cara à Etnobiologia política é o “Ecologismo dos Pobres”, que surge em 1980 como uma corrente do ecologismo e que, assim, destaca os impactos

gerados pelo crescimento econômico no meio ambiente, especialmente os conflitos ecológicos causados pelo deslocamento geográfico e desigual das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos (ALIER, 2018). Nesta relação, já explicitada pela Ecologia Política, o Ecologismo dos Pobres ressalta que o acesso aos recursos naturais e dos serviços ambientais é condição para a reprodução da vida em qualquer cultura e que, assim, movimentos sociais dos empobrecidos, constantemente ameaçados, forjam seus próprios “discursos ecológicos” na luta por e pelos direitos (ALIER, 1992; ALIER, 2018). Os diversos grupos sob conflitos ambientais, proporcionados pelo avanço do capital sobre a natureza, são obrigados a se organizarem politicamente sobre uma compreensão coletiva do que é “biodiversidade” e “meio ambiente”. Assim, não é apenas a academia que apresenta um discurso ambiental. A diferença é que o ecologismo dos pobres, ou seja, “a voz ambiental dos empobrecidos”, é concebida na luta por direitos. A distinta correlação de forças no acesso e uso da biodiversidade gera, além dos discursos populares, a própria noção de “justiça ambiental” que, ao ser apropriada, pelas lideranças políticas e pelos protagonistas destes movimentos, ressignifica a complexidade dos conflitos socioambientais, minados pelo avanço predatório e exploratório do modelo de desenvolvimento econômico vigente (ACSELRAD, 2010).

A “Ecologia Social” e a “Ecologia do Conhecimento” também contribuem no amparo dessa compreensão crítica ao se debruçar sobre a multidimensionalidade de tensões socioculturais, político econômicas e psico subjetivas, associadas à sociedade de consumo (CARVALHO, 2005; CRÉPEAU, 2005). Estes autores também consideram as implicações ambientais e apontar que a construção e acúmulo de conhecimento do mundo esteja relacionado ao contexto social e histórico da sua aquisição. A partir dessa relação ecossistêmica e psicossocial entre sociedade e meio ambiente, são produzidos os constrangimentos ecológicos dentro da perspectiva lógica capitalista (DUPUY, 1980; CARVALHO, 2005).

### **Etnobiologia política**

A Etnobiologia foi pioneira ao reconhecer o papel político dos pesquisadores em relação aos Povos Indígenas e Comunidades Locais, refletido na "Declaração de Belém" (ISE 1988) e reforçado pela Declaração de Cusco (2008) e pela Declaração de Belém +30 (2018). Darel Posey, um defensor influente, enfatizou a necessidade de proteger os direitos de propriedade intelectual dos povos nativos. Atualmente, várias publicações etnobiológicas têm explorado temas políticos, incluindo conhecimento tradicional,

repartição de benefícios, propriedade intelectual, consentimento prévio livre e informado (ver Posey 1990, Golan 2019), bem como conhecimento, valores, uso e manejo da biodiversidade (Caron-Beaudoin e Armstrong 2019, Reo 2019, Soldati et al. 2021, Ferreira 2023). Esses estudos reconhecem as ameaças enfrentadas pelas comunidades locais, atribuídas à expansão capitalista colonial, defendendo uma abordagem ética e emancipatória na Etnobiologia, que busca entender e abordar as complexas interações entre culturas e naturezas, e proteger os direitos das comunidades indígenas e locais. Eles também compartilham a compreensão de que povos indígenas e comunidades locais enfrentam ameaças devido a pressões econômicas, políticas e culturais, oriundas da expansão capitalista colonial, especialmente na relação entre o norte e o sul global. Também assumem que a Etnobiologia, apesar de seu passado colonial, é um campo em constante evolução e é promissor na defesa dos direitos dessas comunidades. Além disso, alguns pressupostos importantes incluem a não neutralidade da ciência, a validade da subjetividade em abordagens políticas, e a necessidade de evitar romantização e simplificação em situações complexas. Além dos pressupostos, uma abordagem política deve ser fundamentada em uma ética emancipatória, compreender contextos históricos, culturais, econômicos, ambientais e políticos, e promover compreensões participativas e coletivas alinhadas às demandas, lutas e direitos das comunidades locais.

Cabe, então, ao campo da Etnobiologia Política contribuir para a construção de ferramentas teóricas, conceituais e práticas que amparem a concepção de estratégias de emancipatórias elaboradas por povos e comunidades tradicionais, enquanto mecanismos que possibilitem avanços para a descolonização e fortalecimento de saberes associados a sociobiodiversidade. Desta forma, busca-se assegurar os direitos de acesso à biodiversidade e de proteção intelectual dos povos e comunidades tradicionais, bem como engajar a conservação ambiental nos e pelos territórios, em diálogo com a racionalidade ambiental proporcionada pela Ecologia Política, reconhecendo, ainda, as especificidades dos contextos sociobioculturais latino-americanos. Faz-se necessário o desdobramento acadêmico para a concepção de uma nova racionalidade ambiental que reflita sobre as estratégias de resistência emancipatórias construídas em resposta alternativa às práticas de exploração capitalistas insustentáveis.

### **A Etnobiologia Política e os saberes tradicionais do parto**

Os estudos etnobiológicos se desenvolvem em diversas escalas espaciais e sistemas bioculturais, contribuindo com processos de convergência entre saberes ancestrais e

científicos para emancipação socioambiental e revalorização cultural de povos tradicionais (Albuquerque 2016). Nesta perspectiva e, sob o viés dos conceitos que estruturam a Etnobiologia Política ora apresentados, pretendemos considerar o processo de construção histórica da identidade tradicional das Parteiras Tradicionais do Maranhão, suas dissensões com a Biomedicina e os instrumentos popularmente concebidos para ampliação da resistência dos valores culturais desse grupo social. Desejamos avaliar essa realidade como exemplo de materialização da Etnobiologia Política. Além de destacar diversos eventos históricos de violações, o olhar sobre as “parteiras” é imagetivamente oportuno em um momento em que se busca “parir” uma Etnobiologia Política.

Assume-se, portanto, que as desigualdades das condições de vida se manifestam em diversos âmbitos, sendo uma prerrogativa da manutenção do sistema de classes sociais pertencentes à estrutura social capitalista. Um dos aspectos, portanto, que intensificam o viés da desigualdade social se manifesta por meio das ações de saúde, que historicamente tem sido considerada produto mercadológico, atendendo a uma demanda de expansão de serviços médicos, sendo deslocada de suas funções sociais e simbólicas da prática médica e se torna um vetor de lucro através da medicina institucionalizada hegemônica (DUPUY, 1980). A “mercantilização da saúde”, expressa a financeirização da vida, a oportunidade de concentração de renda, a homogeneização de um saber dominante, o científico, e perpassa, evidentemente pelo estabelecimento de um “exército de empobrecidos”, no caso um “exército de doentes”. Somado a isso, a “medicalização”, entendida enquanto um processo que torna patológicos situações e comportamentos não médicos, prioriza o saber médico especializado apoiado nas ciências biomédicas academicista (OLIVEIRA, 2019), associado aos interesses da indústria farmacêutica. Enquanto prática e discursos que ampliam este processo, há a desqualificação de outros sistemas de conhecimento embasadas em diferentes cosmologias de saúde ao mesmo tempo que estes saberes são oportunamente apropriados para transformação em mercadoria (Barbosa Natal 2021, Oliveira 2019). Por exemplo, os povos tradicionais do Brasil, especificamente as caiçaras denunciaram uma grande indústria farmacêutica pela apropriação indevida de seus saberes tradicionais. Segundo estes grupos, o uso tradicional da erva baleeira foi convertido em mercadoria sem consentimento e sem repartição de benefícios, ao mesmo tempo em que suas medicinas tradicionais são criminalizadas pelo Estado.

A intermedialidade é um conceito caro neste contexto, pois analisa a hegemonia da biomedicina em contextos interétnico, ou seja, em diálogo com outros sistemas, mas considera as assimetrias de poder geradas no processo desenvolvimentista (DIAS-

SCOPEL, 2017). A hegemonia da biomedicina, pela implementação dos seus dispositivos e modelos explicativos estruturantes baseia-se na “promoção de saúde moderna tecnologista” e, assim, consoma uma ideologia de planificação familiar e esterilização de determinados povos e comunidades (DIAS-SCOPEL, 2017). O poder social assimétrico exercido pelas ciências biomédicas perpetua a hegemonia dos conhecimentos médicos científicos enquanto único caminho válido para a construção do saber, visando a desqualificação de diferentes racionalidades que não atendam a lógica de produção do capital (GUSMAN, 2015). Entretanto, as técnicas hegemônicas de saúde apresentam, em seus contornos práticos, distorções e imperfeições observadas o distanciamento das necessidades locais e precariedade do funcionamento e acesso do sistema de saúde público (VIANA, 2010). Dentre tais distorções, ressalta-se a fragilidade na atenção pública de saúde hodierna pela limitada abrangência da oferta de serviços médicos apropriados às populações periféricas e rurais (SALAS, 2019, VIANA, 2010). Os mesmos autores consideram que, os fatores que determinam esta carência são a incapacidade quantitativa e qualitativa de atendimento, a deficiência infra estrutural de edificações hospitalares e a dificuldade de encaminhamento da locomoção de pacientes.

Por esse motivo, a desigualdade socioeconômica, cultural e geográfica do país demanda reflexões sobre alternativas para suprir a atenção básica marginalizada pela falta de políticas públicas que atendam múltiplas realidades (BRASIL, 2010), de modo a avançar no campo da disputa político ecológica de resistência das identidades tradicionais e de seus direitos difusos de acesso à sociobiodiversidade. A partir da década de 1970, a Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstra interesse em integrar a seus sistemas de saúde oficiais as medicinas tradicionais, mas somente em 2002 é publicado o documento que define diretrizes para o estabelecimento e regulamentação da integração dos sistemas médicos oficiais de saúde e das práticas médicas locais (FERREIRA, 2013). Portanto, sob a justificativa de ampliar a cobertura e acesso da população aos serviços de atenção primária à saúde e enquanto alternativa de baixo custo, a OMS estimula os Estados nacionais a regular e disciplinar as medicinas tradicionais (FERREIRA, 2013). Porém, a OMS atribui às ciências biomédicas ocidentais, enquanto instância legítima, o processo de depuração e validação do conhecimento tradicionalmente produzido por povos e comunidades tradicionais, submetendo a inspeção científica obedecendo a uma hierarquia da racionalidade biomédica os valores dos demais saberes (FERREIRA, 2013).

No Brasil, a partir de 2000, o Ministério da Saúde enfatiza questões de direitos e da humanização da saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS) ao implementar diversos programas para melhorias na atenção básica (BRASIL, 2010). Nesse cenário, é concebido o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, que tem como objetivo reconhecer o ofício tradicional da parteria e estabelecer parcerias para a redução da morbimortalidade materna e neonatal, definindo-se como parteira tradicional aquela que presta assistência ao parto domiciliar baseada em saberes e práticas tradicionais e que possui reconhecimento comunitário (BRASIL, 2010). O mencionado programa encontra especial relevância na medida em que as parteiras possuem uma multiplicidade de saberes e fazeres oriundos de práticas tradicionais, transmitidos oralmente no contexto familiar e nas redes de relações comunitárias (BARBOSA NATAL, 2021). Dentre seus itinerários de saúde estão inclusos rituais de cura como rezas, orações, palavras, dietas, gestos, banhos, e chás, sendo necessário o conhecimento sobre raízes e ervas e que asseguram sua autonomia em saúde (BARROSO, 2009) (BRASIL, 2010) (FERREIRA, 2013) (SALAS, 2019) (BARBOSA NATAL, 2021). Por conseguinte, o desdobramento acadêmico em diálogo de saberes (LEFF, 2021) com os conhecimentos etnoecológicos políticos das parteiras tradicionais associados à sociobiodiversidade miram a concepção de estratégias de resistência deste povo tradicional, construídas em resposta alternativa às práticas de medicalização da saúde. Para tanto, é necessário efetuar ações para além da esfera educativa e potencializar direitos (GUSMAN, 2015).

Neste contexto de construção de direitos políticos e emancipação dos sistemas tradicionais, caro à Etnobiologia Política, também devem ser considerados outros grandes instrumentos legais internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção da Diversidade Biológica, e nacionais, como a Constituição Federal, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040) e a Lei de Acesso e Repartição de Benefícios (Lei 13123). Em relação à biodiversidade, a própria Convenção da Diversidade Biológica (artigo 8j) define a necessidade de “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas (...) relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (...) e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas” (BRASIL, 1998). Para tanto, devem ser concebidas estratégias locais que favorecem o pleno papel desses povos tradicionais como atores que produzem cultura, manejo e sistemas de conhecimento que são



importantes para a conservação da biodiversidade (UNEP, 2009) como os Protocolos de Consulta e os Protocolos Comunitários Bioculturais.

No caso, os Protocolos Comunitários Bioculturais definem regras e acordos consuetudinários internos de manejo e uso da biodiversidade no sentido de formação política com a intencionalidade de garantia de acesso a essa sociobiodiversidade (UNEP, 2009) e de seus direitos consuetudinários. A experiência desse instrumento na América Latina tem demonstrado a promoção de segurança jurídica adequada para assegurar as manifestações diversas e múltiplas dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (ANDRADE, 2022). Desde que a sua construção esteja amparada pela política da diferença e em uma ética da alteridade, os Protocolos Comunitários Bioculturais possibilitam também o processo de resgate de memórias dos conhecimentos, práticas e técnicas sociobioculturais e preza pela autonomia e reexistência dos povos e comunidades tradicionais latinoamericanos. Assim, diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais permitem vislumbrar os povos e comunidades tradicionais como “sujeitos de direitos”.

## **Conclusão**

Diante de todo o exposto, os referenciais teóricos aqui brevemente explanados, aliados à necessidade prática de conceber a aplicabilidade dos conhecimentos ecológicos políticos com a finalidade de alcançar a eficiência de estratégias de legitimidade dos saberes emancipatórios, pretendem viabilizar que o projeto de pesquisa em questão seja capaz de contribuir com o amadurecimento conceitual, metodológico e teórico da Etnobiologia Política.

## **Referências bibliográficas**

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados* [online], v. 24, n. 68, pp. 103-119. 2010. Disponível em: Acessado 8 jul. 2022.
- ACSELRAD, H. I.; DAS NEVES BEZERRA, G.; GAVIRIA, E. M. Inserción económica internacional y "resolución negociada" de conflictos ambientales en América Latina. *EURE*, Santiago, v. 36, n. 107, p. 27-47, 2010. Disponível em . Acessado 08 jul. 2022.
- ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, R. R. N. *Introduction to Ethnobiology*, 1 ed. Springer Cham, 2016, 310 p.
- ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, R. R. N. *Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology*, 2ed. Humana Press, 2019. 340p. ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 1, 1997. Disponível em: . Acessado 08 jul. 2022.

- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução: Maurício Waldman. 2. ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. 379 p.
- ALIMONDA, H. Ecología Política, naturaleza, sociedad y utopía. 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- ALVES, A. G. C.; ALBUQUERQUE, U. P. Ethno what? Terminological problems in ethnoscience with a special emphasis on the Brazilian context. In: U. P. Albuquerque; N. Hanazaki. (Orgs.). 2010.
- ANDRADE, J. P. A proteção da biodiversidade pelos saberes comunitários: um estudo dos Protocolos Bioculturais na América Latina. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- BARBOSA NATAL, G. C.; SINIBALDI, B. Dos rituais às ervas: revisando o ofício de partejar. ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v.11, n. 2. p 190-201. 2021.
- BARROSO, I. C. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n.2, 2009.
- BATRA, A. El hombre de hierro: Los limites sociales y naturales del capital. Ciudad de México, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm)>. Acessado 7 de jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Parto e Nascimento Domiciliar Assistidos por Parteiras Tradicionais: O Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e Experiências Exemplares. Brasília: Editora MS. 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto\\_nascimento\\_domiciliar\\_parteiras.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto_nascimento_domiciliar_parteiras.pdf). Acessado 07 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 84 p.
- CAMPOS, J. S. L.; SILVA, T. C.; ALBUQUERQUE, U. P. Participant Observation and Field Journal: When to Use and How to Analyze. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C.; NOBREGA ALVES, R. R. (eds.) Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology. 2. ed. Springer Protocols Handbooks, New York, pp. 25-34. 2019.
- CARVALHO, V. S. Raízes da Ecologia Social: O Percurso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção. 2005. 380p. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA, M. L. Para o “Maranhão Novo” um novo subúrbio: a formação do bairro Anjo da Guarda, em São Luís do Maranhão, no contexto do milagre econômico (1968-1970). Rio de Janeiro: ANPUH, XIX Encontro de História da Anpuh-Rio, História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica.
- CRÉPEAU, R. Uma Ecologia do Conhecimento: é possível? Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 7, n. 1,2, p. 05-28, 2005. Disponível em: . Acessado 08 jul. 2022.

- CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e o saber científico. *REVISTA USP*, São Paulo, n.75, p. 76-84, 2007.
- SILVA, C. F., & ZANK, S. Between tradition and modernity: the relationship among healers and medicinal plants in an urban center in southern Brazil. *Ethnobotany Research and Applications*, v.23, n.4. 2022. Disponível em: <https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/2929>
- D'ALMEIDA, S. Fé, princípio-ativo, testemunhos de cura e rastreamento na produção de remédios caseiros por raizeiras e raizeiros do cerrado. *Anuário Antropológico* [Online], v.46 n.1. 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/aa/7682>
- D'ALMEIDA, S. Iniciativas comunitárias para o uso sustentável da biodiversidade: o caso da articulação Pacari Raizeiras do Cerrado. *Goiânia: Habitus*, v.10, n.1, p.10-27, 2022.
- DIAS-SCOPEL, R. P. A cosmopolítica da gestação, parto e pós-parto: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os Índios Mundurucu. *Brasília: Paralelo 15*, 2015. 248p.
- DUPUY, J. P. Introdução à crítica da Ecologia Política. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 112p.
- FEICHAS, N. M. L.; SCHWEICKARDT, J. C., FERLA, A. A. Estratégia Saúde da Família e práticas populares de saúde: diálogos entre redes vivas em um território de Manaus, AM, Brasil. *Botucatu: Interface*, v.24, n.1. 2020.
- FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.203-219, 2013.
- FLEISCHER, S. Parteiras, buchudas e aperreios uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. *Belém: Paka-tatu*, 2010. 352 p.
- FLEISCHER, S. Puxando barrigas para puxar assuntos: a massagem abdominal como uma fonte de saber e significados entre as parteiras marajoaras. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 07. N. 19, 2006.
- FLORIANO, J. Bem Viver do Cerrado: partejar amor, parir uma bioética local./ Juliana Floriano Toledo Watson. Brasília, 2016. Dissertação (Mestrado em Bioética). Programa de Pós-Graduação em Bioética. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 241 p.
- FOLADORI, G. Los problemas ambientales urbanos y sus causas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, [S. l.], n. 100, p. 69–78, 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/225>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- FROZ, S, S. A arte de partejar: Histórias de vida e memórias de parteiras tradicionais em São Luís, 2015. 88p. Monografia (Graduação) - Curso de História Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. Aldine Transaction, Piscataway, NJ, 1967.
- GOMES, S. C.; SILVA, J. A.; OLIVEIRA, D. R., et. al História oral como método para a compreensão do ofício das parteiras do semiárido brasileiro. *Texto & Contexto – Enfermagem*, v.27, n.3, p.e2470017, 2018.
- GUSMAN, C. R.; VIANA, A. P. A. L.; MIRANDA, M. A. B.; PEDROSA, M. V.; VILLELA, W. V. Inclusão de parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde no Brasil: reflexão sobre desafios. *Rev Panam Salud Publica*, [S.I.], v. 37, n.4-5, p. 365–370, 2015.

- HUNN, E. Ethnobiology in four phases. *Journal of Ethnobiology*. v. 27, n. 1, p. 1–10, 2007.
- LEFF, E. *Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, v. 27, p. 11-20, 2013.
- LEFF, E. *Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Tradução: Jorge Calvimontes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.
- NABHAN, G. P., CHAMBERS, K., TECKLIN, D., PERRAMOND, E., & SHERIDAN, T. E. Ethnobiology for A Diverse World Defining New Disciplinary Trajectories: Mixing Political Ecology with Ethnobiology. *Journal of Ethnobiology*, 31(1), 1–3. 2011.
- OLIVEIRA, R. et al. As parteiras tradicionais e a medicalização do parto na região rural do Amazonas. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 33, p.79-100, 2019.
- PEREIRA, M. S. Estudo sobre a Associação das parteiras tradicionais do Maranhão, 2009. 106p. Dissertação (Mestrado e Saúde e Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, 2009.
- PORTO-GOLÇALVES, C. W. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006. 148 p.
- RODRÍGUEZ, S. C., El despojo de la riqueza biológica: de patrimonio de la humanidad a recurso bajo soberanía del Estado. 1 ed. Heredia, C. R.: EUNA, 2013. 417 p.
- SALAS, B. L. A.; RAMOS-ABENSUR, G. E. V.; PIMENTEL, M. F. Plantas medicinales utilizadas en la salud reproductiva de las mujeres del Perú. *Dominguezia*, Buenos Aires, v. 35, n. 1, 2019.
- SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos. 1 ed. São Paulo: Peirópolis, 2005. 303 p.
- SANTOS, F. P. O partejar e a farmacopéia de Dona Flor: histórias e ensinamentos de uma mestra quilombola / SANTOS, F. P.; WATSON, J. F. T. (org); RAMOS, N. C. A. (coord). 1.ed. Brasília, DF: Avá Editora, 2022. 272 p.
- SCOPEL, R. D.; SCOPEL, D.; LANGDON, E. J. Gestação, Parto e Pós-parto entre os Munduruku do Amazonas: confrontos e articulações entre o modelo médico hegemônico e práticas indígenas de autoatenção. *Ilha*, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 163-182, 2017.
- SOLDATI G. T., ALBUQUERQUE, U. P. Ethnobiology, Ethics, and Traditional Knowledge Protection. In: ALBUQUERQUE U. P.; NOBREGA ALVES, R. R. (eds.) *Introduction to Ethnobiology*. Springer Protocols Handbooks, New York, pp.83-89. 2016.
- SVAMPA, M. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina, conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. 1 ed. Universidad de Guadalajara: CALAS, 2019. 142 p.
- SCHWEICKARDT, J. C. (org.) et al. Parteiras Tradicionais: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde / SCHWEICKARDT, J. C.; SOUSA, M. J. S.; NASCIMENTO, A. C. S.; GOMES, M. D. M.; e MORAES, T. S. (orgs) 1.ed. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2020. 264 p.
- SCHWEICKARDT, J. C. (org.); et al. Saúde indígena: práticas e saberes por um diálogo intercultural / SCHWEICKARDT, J. C.; SILVA, J. M. B. F.; e AHMADPOUR, B. (orgs) 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2020. 302 p.
- THRONE, F. Nature rambling: We fight for grass. *The Science Newsletter*, vol. 27, n.717, 1935.
- UNEP - United Nations Environment Programme 2009. *BIO-CULTURAL COMMUNITY PROTOCOLS - A Community Approach to Ensuring the Integrity of Environmental Law and Policy*. 1 ed. Natural Justice, 2009, 87 p.

- VIANA, P. A experiência de trabalho do Grupo Curumim com Parteiras Tradicionais. *Rev Tempus Actas Saúde Coletiva*, Brasília, v. 4, n.4, 2010.
- WOLVERTON, S.; NOLAN, J. M.; AHMED, W. Ethnobiology, political ecology, and conservation. *Journal of Ethnobiology*, Boston, n. 34, p. 125-152, 2014.
- WYNDHAM, F. S.; D. LEPOFSKY, D.; TIFFANY, S. Taking stock in Ethnobiology: Where do we come from? What are we? Where are we going? *Journal of Ethnobiology* 31: 110-127. 2011.
- ZANK, S., L. G. A., and HANAZAKI, N. Resilience and adaptability of traditional healthcare systems: a case study of communities in two regions of Brazil. *Ecology and Society*, v.24, n.1, 2019.
- ZANK, S.; ÁVILA, J. V. C.; HANAZAKI, N. Compreendendo a relação entre saúde do ambiente e saúde humana em comunidades Quilombolas de Santa Catarina. *Rev. Bras. Pl. Med.*, Campinas, v.18, n.1, p.157-167, 2016.

### **Capítulo 3 - Dissensão entre o saber popular das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política<sup>3</sup>**

Ana Carolina Ribeiro Araújo<sup>1\*</sup>, Emmanuel Almada<sup>2</sup> e Gustavo Soldati<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife, Pernambuco, 52171-900, Brazil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, 88040-900

<sup>3</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900, Brazil.

\* Corresponding author: ana.ribeiro@ecologia.ufjf.br

#### **Resumo**

O campo da Etnobiologia Política pretende, em construção conjunta com as comunidades tradicionais, construir conhecimentos e práticas capazes de desenvolver estratégias de reconhecimento e emancipação destes grupos em face do poder político e econômico dominante. Neste viés, o presente estudo objetivou compreender a correlação de forças entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina e seus desdobramentos práticos e políticos, a partir de entrevistas semiestruturadas e turnês guiadas com mulheres integrantes da Federação Maranhense de Parteiras. Primeiramente, buscou-se compreender a construção histórica da identidade tradicional das parteiras maranhenses, suas práticas e cosmologia de saúde associadas a biodiversidade. Além disso, avançou-se na compreensão acerca dos seus mecanismos de resistência popular e estratégias das parteiras tradicionais do Maranhão para garantir seus direitos diante deste processo de dissensão entre o conhecimento tradicional e a biomedicina. Na discussão, foi avaliado o resultado da investigação de campo com a regulação local existente sobre o tema, mais precisamente a Lei Ordinária nº 11.650/2022 do Estado do Maranhão, apresentando os contrapontos entre o entendimento do poder legislativo e comunitário sobre o uso dos saberes, práticas e relações comunitárias das parteiras tradicionais. O acesso aos direitos constitucionais das parteiras tradicionais postula um processo de construção coletiva de identidades, a partir de espaços participativos de diálogo que permitam visibilidade política, social e cultural a essa comunidade tradicional,

---

<sup>3</sup> Artigo no formato da Revista *Ethnobiology and Conservation* ISSN 2238-4782

possibilitando, o desenvolvimento de políticas públicas de reconhecimento e viabilização da sua continuidade com assertividade e sustentabilidade.

**Palavras-chave** Etnobiologia Política. Parteiras tradicionais. Biomedicina.

### **Abstract**

The field of Political Ethnobiology aims, in joint construction with traditional communities, to build knowledge and practices capable of developing strategies for the recognition and emancipation of these groups in the face of dominant political and economic power. In this perspective, the present study aimed to understand the power dynamics between the popular knowledge of midwives in Maranhão and biomedicine, along with their practical and political implications, through semi-structured interviews and guided tours with women members of the Maranhense Midwives Federation. Initially, we sought to understand the historical construction of the traditional identity of midwives in Maranhão, their practices, and health cosmology associated with biodiversity. Additionally, the study advanced in understanding the mechanisms of popular resistance and strategies employed by traditional midwives in Maranhão to secure their rights in the face of the dissent between traditional knowledge and biomedicine. In the discussion, the results of the field investigation were evaluated alongside the existing local regulation on the topic, specifically Law nº. 11,650/2022 of the State of Maranhão. This presented counterpoints between the understanding of the legislative and community power regarding the use of knowledge, practices, and community relations of traditional midwives. Access to constitutional rights for traditional midwives advocates for a collective construction process of identities through participatory dialogue spaces that allow political, social, and cultural visibility for this traditional community. This enables the development of public policies for recognition and facilitation of their continuity with assertiveness and sustainability.

**Key-words** Political Ethnobiology. Traditional Midwives. Biomedicine.

### **Introdução**

A Etnobiologia Política (ALBURQUERQUE et al. 2023) reconhece os povos indígenas e comunidades locais como “sujeito de direitos” (SOLDATI, 2016) e fundamentais para reverter a crise socioambiental em que vivemos (SILVA; SOLDATI & DALLAGNOL, 2020). Assim, busca desenvolver, em pleno diálogo com estes grupos,

estratégias para o fortalecimento de suas lutas e construção de outra sociedade. Parte-se do pressuposto que o projeto político, econômico, cultural capitalista, por se basear na exploração do homem pelo homem e da apropriação da natureza pelo homem (MARX, [1848] 2015), viola e subjuga os sistemas tradicionais de conhecimento, uso e manejo da biodiversidade. Neste sentido, um dos principais campos de atuação da Etnobiologia Política são as “fronteiras” e “linhas de frente” (ARMSTRONG & BROWN, 2019), nas quais estes dois projetos de sociedade se encontram, estabelecem relações de poder desiguais e, assim, ameaças os modos de vidas tradicionais.

O encontro entre os sistemas tradicionais de saúde e doença e a biomedicina representa esta disputa. A biomedicina, baseada em um saber acadêmico e associado aos interesses mercadológicos da indústria farmacêutica, desqualifica outros sistemas de conhecimento ao mesmo tempo que estes saberes são oportunamente apropriados para transformação em mercadoria (BARBOSA NATAL, 2021; OLIVEIRA, 2019). Ainda que o contato entre culturas e, especificamente entre diferentes sistemas médicos seja promissor (ver Alier, 1997), permitindo, por exemplo a diversificação dos saberes tradicionais e suas estratégias de cura, este texto ressalta suas relações de poder (DIAS-SCOPEL, 2017). Por exemplo, o processo de mercantilização da vida resultou na “hospitalização do parto”, minando o protagonismo das mulheres, inclusive as mães, que passam a ser vista como paciente (FROZ, 2015, DIAS-SCOPEL, 2017). Entretanto, a insuficiência de atendimento programas de saúde básica direcionadas a setores pobres da sociedade faz com que a assistência ao parto e nascimento, por exemplo, no Brasil, seja heterogênea. A violação de direitos humanos de mulheres e crianças principalmente de classes pobres da sociedade representa um grave problema de saúde pública (BRASIL, 2010), uma vez que a elevada mortalidade materna e neonatal indica condições socioeconômicas precárias, nível de escolaridade e qualidade da atenção prestada durante o pré-natal, no parto e ao recém-nascido, por serem evitáveis em 92% dos casos (BRASIL, 2009).

Nestes espaços de fronteiras e linhas de frente (ARMSTRONG & BROWN, 2019) as dissensões estruturam diversas estratégias de resistência dos povos indígenas e comunidades locais (ver Alier, 1997). No Brasil, a construção de “sujeitos de direitos” baseados em identidades tradicionais é uma das estratégias dos movimentos sociais que se edificam na relação direta com a natureza. Por exemplo, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL 2010) garante a estes grupos sociais não indígenas os direitos essenciais, inclusive ao território.



Atualmente, são reconhecidos no Brasil, 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais, ainda que o número seja bem maior. Estas identidades, são concebidas e habitadas politicamente por grupos a partir de seus saberes tradicionais (ALIER, 2018).

Diante do exposto, o presente texto tem como objetivo principal compreender as dissensões entre os saberes populares sobre o parto e a biomedicina a partir de uma abordagem política. Para tanto, esta pesquisa contou com a parceria e participação da Federação do Maranhão, Brasil. Especificamente, buscou caracterizar a) as variáveis (valores, conceitos, conhecimentos, práticas, uso da biodiversidade, organização social, direitos e desafios) que definem a identidade tradicional das parteiras; b) registrar o uso da biodiversidade no ofício da parteira tradicional; c) avaliar como as variáveis que definem a identidade tradicional de parteiras do Maranhão se dissensionam quando em contato com a biomedicina; e d) compreender as estratégias de parteiras tradicionais para garantir seus direitos nesta relação de poderes. Espera-se que este texto seja capaz de fortalecer os direitos e lutas das parteiras tradicionais, por meio da sua visibilização, descolonização do conhecimento hegemônico e a concepção de conhecimento alternativo.

## **Materiais e métodos**

### *As parceiras da pesquisa*

A Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão, parceira do presente estudo, é composta por 25 Associações de parteiras rurais, indígenas e quilombolas do interior do Estado do Maranhão, Nordeste do Brasil, além das parteiras atuantes nas regiões periféricas da capital, São Luís. Segundo o último levantamento realizado pela Federação, há 5 (cinco) mil parteiras distribuídas em 21 (vinte e um) municípios maranhenses. A atividade de parteira tradicional passou a ser oficialmente reconhecida no Maranhão após a promulgação da Lei Estadual nº 11.650/2022, que também será objeto de estudo no presente capítulo.

O projeto foi apresentado às parteiras após a realização de uma Assembleia Geral da associação, cujo intuito fora a reorganização e reativação da Diretoria Geral da Federação. O momento fora considerado muito oportuno pelas parceiras de estudo já que o projeto de pesquisa também se estendia à realização de oficinas participativas, que corroborava para o alinhamento do grupo de parteiras responsáveis pela reativação da Federação.

A adaptação do projeto com o calendário de atividades da associação fora um ponto de dificuldade para planejamento e execução da coleta de dados da pesquisa. Uma vez que a pauta do piso salarial da Enfermagem estava em urgência as parteiras enquanto instituição almejavam sua regulamentação cartorária para que fossem incorporadas à categoria. Para tanto, foram prestadas consultorias e realizadas reuniões para a elaboração de documentos que se prestavam a atender às solicitações e requisitos cartorários, bem como a reestruturação do Regimento Interno da associação e a redação de cartas destinadas a autoridades políticas para agendamento de reuniões que pautassem apoio à associação.

Ao avançar do processo, alcançou-se o registro da Diretoria Provisória da Federação com financiamento próprio. Mas, sem o retorno de possibilidades de apoio, o prazo para registro da Diretoria Definitiva foi perdido pela insuficiência financeira acarretada pelo adoecimento de parte do grupo composto para reativação, e, também, pela necessidade de parte delas se deslocarem para o interior do Estado para zelarem enquanto cuidadoras de parentes adoecidos.

Ainda assim, almejando cumprir com as expectativas do planejamento de coleta de dados, as parceiras de pesquisa foram selecionadas a partir da indicação da presidente da associação de parteiras em exercício de atividade ativo, com no mínimo 10 anos de ofício e registradas na Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão. Ao todo, sete parteiras foram entrevistadas, e o grupo composto presente para a realização das oficinas participativas houvera em torno de dez a quinze parteiras.

### *Construção participativa dos dados*

Para caracterização das parceiras e registrar as variáveis que definem a identidade tradicional foram realizadas entrevistas semiestruturadas (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019) a partir de um roteiro capaz de identificar as variáveis que definem essa autoidentificação. As perguntas buscaram registrar os valores, conceitos, conhecimentos, práticas, organização social, direitos e desafios no processo de autoidentificação tradicional (Anexo 01). O roteiro empregado foi concebido para identificar tais variáveis em dois cenários distintos. Inicialmente em um contexto reconhecido pelas parteiras como “pleno”, ou seja, como elas identificam que a sua tradicionalidade seria exercida em um cenário “ideal”. Para tanto foram exploradas as dinâmicas dos processos relatados a partir da pergunta “O que é preciso para ser uma parteira tradicional?” Em um segundo, tentamos acessar como a sua tradicionalidade de fato ocorre nos contextos estudados, se

as variáveis são potencializadas ou suprimidas pela biomedicina na realidade vivenciada. Neste momento foi realizada a pergunta “Na sua prática, existe uma parceria/diálogo com a rede hospitalar pública próxima à área onde a Sra atua?” Este questionário permitiu, assim, o registro da identidade tradicional e como ela é afetada pela biomedicina.

A pesquisa sobre o histórico da Federação das Parteiras Tradicionais iniciou-se com uma revisão de literatura associada às entrevistas. Os artigos base para essa revisão foram Estudo sobre a Associação das Parteiras Tradicionais do Maranhão (PEREIRA, 2009), Trabalhando com as Parteiras Tradicionais na Assistência ao parto e ao recém-nascido em São Luís (VIANA, 2018), A arte de partejar: histórias de vida e memórias de parteiras tradicionais em São Luís (FROZ, 2015), Associação das Parteiras Tradicionais do Maranhão: relato de assistência ao parto (PEREIRA, 2016), e Para o “Maranhão novo” um novo subúrbio: a formação do bairro Anjo da Guarda, em São Luís do Maranhão, no contexto do milagre econômico (1968-1970) (COSTA, 2020) e Lei Estadual nº 11.650/2022, que institui o Programa de Reconhecimento, Capacitação e Remuneração das Parteiras Tradicionais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Finalmente, para o registro da diversidade de plantas empregada no ofício de parteria tradicional, contamos com a contribuição de listas livres (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019). As turnês guiadas (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019) com as parteiras também complementam a metodologia para dados de uso da biodiversidade. O diário de campo e a observação participante (CAMPOS; SILVA; ALBUQUERQUE, 2019) em diversas etapas do ofício das parteiras são empregadas para a complementação e triangulação dos dados.

### *Análise dos dados*

Para a análise dos dados, as variáveis que definem a tradicionalidade (valores, conceitos, conhecimentos, práticas, uso da biodiversidade, organização social, direitos e desafios) nos dois cenários concebidos pelo formulário de pesquisa (ideal e real) foram categorizadas a partir da análise qualitativa para compreensão das representações de expressões de sua tradicionalidade em suas práticas, em frente à expectativa de plena realização em um cenário ideal.

Neste sentido, para testar a primeira hipótese, se a biomedicina suprime as variáveis que definem a identidade tradicional de parteiras do Maranhão, as estimativas da realização da tradicionalidade serão concebidas através das práticas populares relatadas das parteiras em dissensão à biomedicina. Para testarmos a segunda hipótese, se a

biomedicina diminui o acesso e uso da biodiversidade das parteiras do Maranhão, a riqueza de espécies utilizadas no cenário real serão analisadas perante sua frequência e disponibilidade de uso e acesso em comparação ao avanço da assistência da biomedicina na área de estudo.

Ademais, dados quantitativos de pesquisas envolvendo o número de intervenções no parto e cesáreas praticadas no país foram identificados, processados e analisados em conjunto com os resultados qualitativos provenientes do estudo de caso, visando contribuir para a conformação de um panorama da realidade da parteria do Maranhão.

### *Aspectos éticos e legais*

Esta pesquisa foi apresentada à Federação das Parteiras do Maranhão, quando puderam adequá-lo às suas expectativas e realidades. Também foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade (cadastro 65526322.8.0000.9547), cumprindo todos os requerimentos legais. Além disso, a sua execução seguiu o Código de Ética da Sociedade Latina Americana de Etnobiologia.

## **Resultados**

### *Variáveis que definem a identidade tradicional das parteiras do Maranhão*

Segundo as entrevistas, as parteiras tradicionais são mulheres de “fé”, crença que inspira devoção e confiança religiosa, e “coragem”, sentimento que as impulsiona a tomada de ação em circunstâncias intensas. Também possuem um “dom”, definido como um “talento concebido por Deus” e acreditam que a parteria é uma vocação, uma disposição espontânea de realização do ofício e fácil entendimento dos conhecimentos associados ao parto e às medicinas populares. As parteiras apontam que a vocação pode ser hereditária, podendo se expressar desde a infância e adolescência, momento em que a filha passa a acompanhar a mãe na assistência ao parto. Pelo ofício estar diretamente vinculado ao nascimento, também é importante ter conhecimento da “dor do parto” e da “missão da mulher”. Esses conceitos se relacionam pelo entendimento social de que a missão da mulher está atrelada à vivência do parto, evento de intensa dor e concebimento de uma nova vida. Ao suportar a dor do parto para o nascimento e, dando assim, continuidade ao futuro da comunidade, a mulher estaria cumprindo com sua missão sob os aspectos reprodutivos. O nascer de uma criança é o evento mais bonito vivido pelas parteiras, por demonstrar a força e a capacidade da mulher em conceber um filho ou uma

filha. É um momento de realização. Os relatos indicam que o útero era chamado pelas parteiras mais antigas como “mãe do corpo”.

Esse ofício é construído e reconstruído através das gerações e notavelmente pela oralidade. A manutenção dos saberes populares através desse mecanismo corrobora para a lapidação e adaptação dos conhecimentos do parto ao longo do tempo, além de perpetuar a identidade tradicional, sendo constantemente atualizadas ao contexto comunitário. As parteiras exercem o ofício tradicional porque se encantam e se adaptam à profissão. O encantamento apontado diz respeito a compreensão e crença do “dom”, somada à paixão pela sua “vocação”. Mas, para a atuação prática, a gestão em conciliar a parteria com as demais sobreposições de funções e cargas enquanto mães, donas de casa, cuidadoras, e em parte trabalhadoras em rede de emprego formal, além do investimento financeiro pessoal em arcar com os custos para prestação de assistência, são fatores adaptativos ao exercício. São diversas as religiões praticadas pelas parteiras, entre elas a católica, a adventista, a evangélica, e as de matrizes africanas, como a umbanda e o candomblé. Assim, possuem íntima relação com a espiritualidade e sentem seus trabalhos serem guiados por forças divinas, o que fica evidenciado com os seguintes relatos *“Sempre a gente fala com o Senhor: eu não sei nada, estou nas tuas mãos. Eu só peço pra Deus me orientar”* e *“foi Ele que me ensinou, porque tudo que eu sei foi Ele que me ensinou. Porque quando eu ia mexer numa parte, eu sentia que não vou mexer porque não vai dar certo. Aí quando eu tocava que dava certo, a criança nascia logo.”* Por suas práticas advirem de um dom, as parteiras não cobram das gestantes pelos serviços prestados. O amor à profissão motiva as parteiras tradicionais a realizarem seu ofício sob quaisquer condições temporais, com disponibilidade em todos os turnos e percorrendo longas distâncias para atendimento.

Outro elemento fundamental para o ofício da parteria tradicional é o reconhecimento coletivo e comunitário. As entrevistas indicam que uma parteira é assim reconhecida após um número mínimo de acompanhamentos, aproximadamente dez, ou quando estão aptas a atuar sem supervisão. Há uma rede de cumplicidade entre as parteiras, pois cultivam cantos e estreitamento de laços para fortalecimento do ofício, muitas vezes se tornando comadres. Existem parteiras que são reconhecidas além da própria comunidade. Nestes casos, algumas gestantes se deslocam do interior para serem acompanhadas por parteiras de renomadas.

As parteiras apoiam as mulheres e suas famílias ao largo da gestação, durante o parto, obtendo os cuidados necessários para o encaminhamento de um bom nascimento,

e no pós-parto. Durante a gestação, as parteiras acompanham o pré-natal, a realização de exames obstétricos na rede hospitalar e ajudam no agendamento de consultas no posto de saúde da comunidade. Neste momento de acompanhamento, com muito zelo e limpeza nos atendimentos, apalpam a barriga para apreciar a medição do fundo do útero, a fim de estimar o crescimento fetal e observar seu posicionamento. Também se preocupam em ouvir os batimentos cardíacos do bebê, aferir pressão arterial da mãe. Nos momentos que antecedem o parto, observam a dilatação da vagina e, caso necessário, “sacodem a barriga” para melhor posicionar bebê. Contribuem muito com massagens para alívio da dor oriunda das contrações. Geralmente seus rituais de trabalho no parto são iniciados pedindo bençãos para o encaminhamento do nascimento. A placenta é analisada pelas parteiras para avaliar necessidade “limpeza” do útero, para, posteriormente, ser enterrada. Ficando a critério de cada gestante e parteira o uso da placenta. Há relato de consumo alimentar compartilhado da placenta entre a gestante e a parteira. Em momentos de emergência há instruções de parto via telefone por parteiras mais experientes.

No período pós-parto, *“a gente faz um curativo umbilical, mostra como é a limpeza do umbigo. [Certa vez] chegou uma senhora com o neném, ó, com o cordão umbilical horrível, um odor horrível. É porque às vezes não sabe nem limpar, não sabe cuidar. A gente vai visitar todo dia, enquanto o umbigo não cai. Todo dia vou ver ela e o bebê.”* Antigamente quando o recém-nascido tinha cólicas e gases as parteiras sopravam fumaça de lamparina, cigarro ou cachimbo na barriga do bebê. A prática se dava pela inalação da fumaça na boca, e com a mão fechada em formato de concha se soprava na barriga da criança. No período pós-parto, um dos importantes focos de atenção das parteiras tradicionais é com o aleitamento materno exclusivo, muito incentivado e acompanhado por elas. É reforçada através da oralidade de suas antepassadas os benefícios da amamentação para o bebê, estando associada à capacidade de resistência imunológica conferida pela nutrição materna às viroses e enfermidades.

Para cuidados com a cicatrização dos pontos oriundos da cesárea são realizados preparados com pedra ume torrada e seca no local, associado ao consumo de chás anti-inflamatórios. Para tratamento de infecção urinária, muito comum na gestação, se indica “*asseio*” (higiene pessoal íntima) com vinagre e água gelada, banho de assento com bicarbonato e remédio farmacêutico para controle da temperatura em caso de febre. O leite de janaúba é conhecido por suas propriedades anti-inflamatórias, e, por limpar o útero, é indicado para mulheres que desejam engravidar. Para a lactante que necessita aumentar a produção de leite é indicado aumento de consumo de líquido e comidas de

caldo, como peixe e galinha cozida, além do pirão, o mingau e a rapadura. Já para a lactante que está com problemas decorrentes da produção de leite exacerbada é recomendado amamentar em diferentes posições para evitar o empedramento do leite nas mamas, além de indicarem ejetar o leite em um formigueiro, pois o consumo das formigas diminui a produção do leite. Dentre seus materiais de trabalho estão os seguintes itens: tesoura, borracha pequena, grampo ou fio para o umbigo, luva, gaze, pano para a limpeza, toalha de mãos, álcool 70%, bisturi e depilador.

Para as parteiras o diálogo com a biomedicina é essencial, o que fica evidente neste relato “*oxe, não é assim não minha filha. Você não pode deixar de fazer seu pré-natal de acompanhamento porque você tem uma parteira. Você (...) tem a parteira que acompanha sim, mas você precisa ser acompanhado pelo médico também. Você precisa disso. Porque a gente é parteira, de repente você dá um problema na hora do parto, eu não tenho como te socorrer em casa. De repente o bebê nasce com problema de respiração. Isso aí é nos hospitais. Então o que eu posso fazer em casa é aquele socorro de emergência.*”

#### *Uso da biodiversidade pelas parteiras do Maranhão*

As entrevistas permitiram registrar 12 plantas empregadas na parteria tradicional (Tabela 01). A etnoespécie mais citadas foi a cidreira, seguida pelo algodão.

Tabela 01 – Plantas empregadas na parteria tradicional

	Nome popular	Nome científico	Parte da planta para uso medicinal	Indicação de uso	Frequência de citação (%)	Dificuldade de acesso (1-5)
01	Cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Folhas	Calmante	100	1
02	Algodão	<i>Gossypium herbaceum</i> L.	Folhas	Hemorragia uterina	60	2
03	Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Vagem, folhas, entrecasca	Anti-inflamatório	20	4
04	Camomila	<i>Chamomilla recutita</i> L.	Folhas e flores	Calmante	100	1
05	Quina amarela	<i>Chichona officinalis</i> L.	Casca	Tônico	40	1

06	Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Casca	Hemorragia uterina	60	4
07	Janaúba	<i>Himatanthus drasticus</i>	Látex e casca	Fertilidade	40	4
08	Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.	Fruto seco	Antimicrobiano, estimulante	60	1
09	Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Folhas	Cicatrizante	80	3
10	Penicilina roxa	<i>Alteranthera brasiliana</i> L.	Folhas	Anti-inflamatório, analgésico	80	1
11	Oriza	<i>Pogostemon cablin</i>	Folhas	Cardíaca	40	5
12	Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Entrecasca	Anti-inflamatório e cicatrizante	60	4

Um dos remédios caseiros que se fazia antigamente para a dor do parto é a ingestão de uma dose de aguardente com um dente de alho amassado dentro, quando se queima um palito de fósforo para volatilizar o álcool antes do consumo. Dentre as plantas utilizadas em seus preparados medicinais estão a cidreira, o algodão, o jatobá, a camomila, a quina amarela (água inglesa), a janaúba, a pimenta do reino, o mastruz, a ampicilina roxa, a oriza, a aroeira, e o barbatimão. Com propriedades calmantes, anti-inflamatórias, desentumecestes, os chás, compressas, banhos de asseio e sumos podem ser indicados para gestantes que possuem dificuldade para dormir, como calmantes, para acelerarem as dores do parto, em casos de partos extensos, e para cicatrização de pontos.

Segundo os relatos, as parteiras coletam as plantas em quintais ou terreiros coletivos na comunidade. Antigamente se tinha mais acesso a plantas nos terreiros, porque havia disponibilidade de espaço para cultivo e manejo em áreas comuns à comunidade, ou são acessadas em comércios. *A gente morava no interior, tinha mais acesso as plantas, né as vezes as plantas nasciam assim espontâneas. Hoje você tem que plantar pra ter alguma coisa. Ou então tem que recorrer as farmácias naturista. Hoje você já não acha mais o*



*Jatobá. Ele é muito bom, anti-inflamatório, muito bom pra secar a cirurgia, pra desinflamar, pra fazer até o banho e o chá e colocar em cima da ferida. Às vezes a pessoa até mesmo se machuca e coloca. Não se acha mais o Jatobá, tem que comprar. Aroeira não se acha mais, tudo tem isso tem que comprar... O barbatimão que hoje já não acha. No interior isso dá, tinha que era uma beleza, né?”. Atualmente, parte das plantas demandas são compradas em comércio local, como o Jatobá, o Barbatimão, e a Janaúba e a Aroeira.*

### *Dissensões entre as parteiras do Maranhão e a Biomedicina*

As entrevistas permitiram registrar diversos eventos e processos de violação dos saberes e do ofício tradicionais e não se sentem respeitadas pela Biomedicina. Há contestação do conhecimento e da segurança do ofício tradicional, o que influencia o declínio em procura de assistência prestada pelas parteiras, como explicita este relato “*eles [médicos] ignoraram o trabalho das parteiras. Tinha um médico aqui na frente (...) que discriminava demais as parteiras. Quando eu chegava, ele virava o rosto. Ele dizia ‘Vocês [gestantes] vão dar bola pra parteira?’ Mas no fim do parto, quando nós terminava de fazer, ele ia lá, assinava e recebia por aquele parto que a parteira fez*”. Relatam que muitos médicos descredibilizarem seus saberes populares para as gestantes durante as consultas de acompanhamento, “*Hoje as parteiras têm uma barreira, os estudiosos da Medicina não querem aceitar muito a parteira, que não tem um estudo porque não estudou e aquela coisa. E aí eles já colocam muito na mente da pessoa da paciente e tudo que não é seguro com uma parteira. Aí ela já fica assim [desconfiada]...*” Os cursos oferecidos às gestantes nos hospitais adotam discursos inibitórios em relação aos medicamentos populares sob alegação de que atrapalham os partos, o que causou, segundo os relatos, desuso de muitas práticas tradicionais. As entrevistas indicam que o consumo de remédios caseiros tem diminuído não apenas pela sua disponibilidade em ambientes urbanos, mas pelo desestímulo por profissionais da rede hospitalar.

Além disso, sentem-se violadas quando lhes são veladas as assistências aos partos, mesmo em gestação de risco habitual e com desejo explícito da gestante. Também possuem dificuldade de acesso ao kit de equipamentos necessários para a assistência ao parto, já que não são lhes são mais disponibilizados pelo Estado, ficando a cargo de cada uma providenciar o seu. Entretanto, nem todas possuem condições financeiras para providenciar os itens necessários. Por vezes parteiras tradicionais tiveram de interromper temporariamente seus atendimentos por situações de vulnerabilidade social, situação

típica em suas realidades periféricas. Existe a restrição por parte da Secretaria Municipal de Saúde do ofício das parteiras, as proibindo de realizar partos que não sejam de emergência. Somada à falta de condições para exercer plenamente o ofício, gerou muito descontentamento principalmente entre as parteiras mais experientes.

Dados do DATASUS, sistema de disponibilização de informações em saúde, gerenciado pelo Ministério da Saúde, apontam que dos 2.561.922 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte e dois) nascimentos ocorridos no ano de 2022, 1.488.423 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e três) tiveram a cirurgia cesariana como via de parto, representando percentual de 58,10% (cinquenta e oito vírgula dez por cento). O estudo “Trends and projections of caesarean section rates: global and regional estimates” (BETTRAN *et al.*, 2021), vinculado à Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizou pesquisas sobre cesarianas e publicadas em 2016 e inclui projeções de tendências futuras, até 2030, posicionando o Brasil na segunda colocação mundial no ranking de países que com maior percentual de cesarianas realizadas, atrás apenas da República Dominicana.

#### *As estratégias de luta das parteiras do Maranhão*

A Federação das Parteiras do Maranhão constitui uma importante rede de companheiras fraternas de vida e de luta. É nela em que se formulam estratégias para a conquista de direitos e de melhores condições de trabalho. Elas reivindicam acesso aos hospitais comunitários da rede formal de medicina para realizar atendimentos contemplados pela estrutura oferecida em casos de necessidade emergenciais. Além disso, requestam uma casa de parto para realizar reuniões, cursos técnicos e capacitações, e assistências à gestação, ao parto e ao pós-parto. Elas necessitam de espaço físico para cultivo de plantas utilizadas nos seus preparados medicinais, organização de documentos e materiais didáticos utilizados em processos formativos e de trabalho.

A Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão inicia sua história com a Associação de Parteiras Leigas, composta de um grupo de seis mulheres que, em 1981, se reuniram com o apoio da Igreja Católica, especificamente a Comunidade Eclesial do Alto da Esperança, no Anjo da Guarda, bairro urbano periférico situado em São Luís, Maranhão. O protagonismo da Associação em formular e organizar demandas coletivas e articular-se politicamente para soluções antes não possíveis no plano individual desencadeou forte reconhecimento na comunidade e fortalecimento da relação de confiança com as parteiras. A inserção político-social da Associação para conquistar

melhores condições de prática de ofício desencadeou no oferecimento do primeiro curso de capacitação oferecidos pela Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão, em 1986. Com a incorporação de associações de parteiras de cidades do interior do Estado e com a alfabetização das parteiras, a Associação de Parteiras Leigas deu origem à Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão, fundada em 07 de novembro de 1999.

A construção da Federação se traduziu na conquista de um contrato com a Secretaria Municipal de Saúde. Por meio deste as parteiras recebiam fichas de acompanhamento das gestantes atendidas, as quais eram recebidas nos postos de saúde e havia acesso ao Hospital Comunitário Nossa Senhora da Penha, instituição parceira. Houve um período de remuneração, igual à R\$ 100,00 no ano de 1995, com ausência e atraso de pagamento em alguns meses, sem o ressarcimento dos valores retroativos. As parteiras também conseguiram participação no Conselho Municipal de Saúde entre 1993-1997. Nos cursos realizados na rede hospitalar havia orientação sobre higienização do material de trabalho e nos cuidados com curativos apesar da não disponibilidade de recursos. Também houve a concessão de um espaço para abrigar a sede da Federação, onde realizavam atendimentos e preparavam as medicinas caseiras, bem como um projeto para cultivo de uma horta de plantas medicinais.

Dentre os projetos sociais desenvolvidos pelas parteiras, estavam o atendimento às gestantes, confecção de enxoval para mães carentes, campanha de arrecadação de cestas básicas, cursos de capacitação e alfabetização para as parteiras, e trocas de saberes sobre o uso de ervas medicinais. Nessa perspectiva, denota-se o protagonismo de lideranças da Federação traduzidos no cuidado da saúde da comunidade, além do apontamento para a justiça social através da diminuição da desigualdade de gênero proporcionada pelo empoderamento feminino. O movimento de gênero entre mulheres, considerando a confiança e cumplicidade entre as parteiras, promovem redes de comadres, estabelecendo uma relação de reconhecimento e respeito à parteira, com o ato pedir benção.

Durante 1997-2008, o programa junto às parteiras continuou em vigor, apesar das debilidades. Entretanto, entre 2009-2013 os contratos foram suspensos e a sede foi ocupada irregularmente por pessoas com dependência química, inviabilizando a continuidade dos projetos sociais desenvolvidos pela Federação. Além disso, as parteiras foram proibidas pela Secretaria Municipal de Saúde de realizarem partos domiciliares, exceto em caso de emergência. Apesar da inexistência de documento que oficializasse a proibição, a imposição foi acatada pela consciência de falta de regulamentação do ofício

da parteira tradicional, segundo os relatos. As reuniões passaram a ser sediadas na casa da presidente da Federação. Os cursos formativos autogeridos pelas parteiras acontecem na residência da presidente da Federação, contando com material didático específico do ofício da parteira, como livros, cartilhas e demais materiais de apoio.

Atualmente, o ofício da parteira ganhou reconhecimento institucional a partir da promulgação da Lei Estadual nº 11.650/2022, originada do Projeto de Lei Ordinária nº 311/2019, de autoria do então Deputado Estadual Duarte Júnior (PSB), aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 07 de fevereiro de 2022.

No entanto, como será discutido a seguir, o reconhecimento institucional consiste apenas no primeiro passo para a garantia de direitos e efetiva participação social com viabilidade de exercício de seu ofício com plenitude. Persiste, ainda, a luta por respeito e salário justo.

## **Discussão**

O contato com a comunidade da parteria no Maranhão, por meio da Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão propiciou o conhecimento de lugares e pessoas e vivenciar situações e contextos que, somados aos dados coletados por meio das entrevistas, potencializam a compreensão da realidade das mulheres incumbidas por “dom” ou por “vocação” do exercício desse ofício, que não poderiam ser incorporados somente por meio da análise de dados agregados disponíveis. A intensa troca de conhecimentos e saberes técnicos e populares levam a uma reflexão sobre o ofício das parteiras que sobreleva o seu exercício a uma esfera mais ampla do que a manipulação de ervas, plantas medicinais e técnicas ancestrais de condução de parto - mas o próprio fortalecimento das mulheres em comunidade, com a transmissão de saberes sobre seus próprios corpos, sobre o gestar e sobre o nascimento de forma emancipatória, reforçando laços comunitários e de apoio mútuo em termos espirituais, sociais e financeiros. No âmbito da parteria tradicional, a mulher é colocada como protagonista da trajetória do gerar e do parir, e a disseminação de saberes consuetudinários de cuidados com a sua saúde e do recém-nascido, sobretudo nas comunidades periféricas e em zonas rurais e quilombolas constitui importante mecanismo de autonomia e fortalecimento da autoestima da mulher.

No entanto, a falta de reconhecimento e de valorização do ofício das parteiras vem, paulatinamente, afastando as mulheres do seu efetivo exercício, pois segundo os

relatos apresentados, estas se veem desacreditadas pelos exercentes da medicina tradicional, foram proibidas tacitamente de exercerem seus atendimentos em casas de saúde vinculadas à rede pública oficial e não dispõem de apoio financeiro.

Conforme relatado alhures, o então Deputado Estadual Duarte Júnior, em 14 de junho de 2019, apresentou Projeto de Lei Ordinária à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão objetivando a valorização das parteiras tradicionais no Estado do Maranhão, por meio de institucionalização de regramento legal contendo o reconhecimento dos seus saberes e legalização do trabalho exercido. Na justificativa do projeto, o legislador ressalta que nas últimas décadas a medicina tradicional experimentou notáveis avanços quanto aos procedimentos e práticas obstétricas, seja para antecipar ou abreviar o nascimento. No entanto, reconhece que tais práticas contemplam efeitos e implicações negativas para a parturiente, questionando se os altos níveis de intervenção são realmente necessários ou se a utilização de tais medidas descamba em uma maior vulnerabilidade à parturiente. Nesse sentido, e considerando que a promoção de partos humanizados deve ser estendida às comunidades indígenas e quilombolas, reputou necessária a criação de lei visando a valorização das parteiras tradicionais do Estado do Maranhão.

A tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa contou com análise da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela legalidade da matéria e competência concorrente da esfera estadual para legislar sobre o tema, bem como parecer da Comissão de Saúde, que entendeu pelo mérito legislativo da proposição da Lei, sem tecer maiores comentários sobre as implicações ou adaptações no sistema público de saúde, sendo o projeto aprovado e transformado em Lei Ordinária Estadual, recebendo a numeração 11.650/2022.

No entanto, a despeito da louvável iniciativa do legislador, o instrumento normativo carece de uma análise mais depurada a respeito da sua aplicabilidade prática e potencial para produzir as mudanças necessárias para o fortalecimento da prática da parteria no Estado do Maranhão. O art. 1º da referida lei institui o “Programa de Reconhecimento, Capacitação e Remuneração das parterias tradicionais do estado”, objetivando:

- “I - garantir a real inclusão do parto domiciliar;
- II - resgatar e manter vivo o saber tradicional;
- III - apoiar as iniciativas das parteiras tradicionais na luta pela humanização do parto e do nascimento.”

Ainda no art. 1º da Lei Estadual nº 11.650/2022, o seu parágrafo único conceitua termo “parteira tradicional”, caracterizando como aquela que “presta assistência ao parto humanizado, tendo como base saberes e práticas tradicionais, sendo reconhecida na comunidade como tal.” A conceituação contemplada pelo texto da lei resume as variáveis apontadas como aquelas que definem a identidade tradicional das parteiras nos resultados desta pesquisa, uma vez que o ofício das parteiras é reconhecido pelas mesmas como assistência ao nascer de uma criança, evento considerando “o mais bonito vivido”, sendo construído e reconstruído através das gerações e notadamente pela oralidade, mantendo os saberes populares por meio desse mecanismo, sendo fundamental para o ofício da parteira o reconhecimento coletivo e comunitário, formando-se uma rede de cumplicidade entre estas e as mulheres atendidas.

Não obstante, o parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 11.650/2022 conceitua como parto humanizado o atendimento que:

- “a) não comprometer a segurança do processo, nem a saúde da parturiente ou do recém-nascido;
- b) adotar somente rotinas e procedimentos cuja extensão e conteúdo tenham sido objeto de revisão e avaliação científica por parte da Organização Mundial da Saúde – OMS ou de outras instituições de excelência reconhecida;
- c) garantir à gestante o direito de optar pelos procedimentos eletivos que, resguardada a segurança do parto, lhe propiciem maior conforto e bem-estar, incluindo procedimentos médicos para alívio da dor.”

Neste ponto, observa-se uma grande inflexão quanto ao modo de atuação das parteiras e a forma de constituição e de transmissão dos saberes tradicionais, posto que o condicionamento ao ofício das parteiras à adoção tão somente de rotinas e procedimentos cuja extensão e conteúdo tenham sido objeto de revisão e avaliação científica por parte da Organização Mundial da Saúde - OMS ou de outras instituições de excelência reconhecida representa o afastamento de todo o saber tradicional das parteiras. Isso porque, conforme o resultado das pesquisas, o ofício da parteria é construído e reconstruído por meio das gerações e notavelmente pela oralidade, permitindo a lapidação e adaptação dos conhecimentos do parto ao longo do tempo, atualizadas no contexto

comunitário. Reforça-se, assim, o posicionamento de FERREIRA, 2013, ao demonstrar que se atribui às ciências biomédicas ocidentais, enquanto instância legítima, o processo de depuração e validação do conhecimento tradicional, submetendo-o a inspeção científica e, assim, estabelecendo uma hierarquia entre a racionalidade biomédica e os valores dos demais saberes. O dispositivo legal corrobora, portanto, a captura do ofício tradicional das parteiras pela biomedicina tradicional na medida em que as proíbem de utilizar, ainda que no âmbito dos seus atendimentos, qualquer procedimento ou rotina não previamente aprovada pela OMS.

Ademais, o art. 2º da Lei Estadual nº 11.650/2022 disciplina que o Poder Executivo, junto ao órgão gestor de saúde, poderá realizar convênios e parcerias com entidades de direito público ou privado, clínicas especializadas e a rede hospitalar, visando incentivar e propor a capacitação e valorização das parteiras tradicionais, cabendo ao conveniado a regularização e implantação do programa. A fragilidade da regulamentação verifica-se na ausência de quaisquer mecanismos que visem efetivamente impulsionar o ofício das parteiras junto à rede pública hospitalar, mas apenas possibilitar a realização de convênios para promover a sua capacitação. Nos termos dos relatos das parteiras como resultado das pesquisas, no início da década de 90 houve convênios celebrados com entidades da rede pública de saúde que apoiavam o exercício do ofício das parteiras, os quais se encerraram a partir de 2009 e encontram-se descontinuados desde então. Sem o incentivo adequado e institucionalização dos ofícios das parteiras enquanto política pública de ampliação de acesso à saúde da mulher principalmente para as periféricas e quilombolas, não se vê perspectiva de alteração desse quadro, a despeito da regulamentação.

Outra fragilidade da legislação regulamentadora é a ausência total de disciplina de política remuneratória para as parteiras, que exercem seus ofícios de forma gratuita para as gestantes. Seu ofício tradicional é exercido por força da crença, da encantaria, com viés espiritual voltado ao exercício de um dom e de uma vocação, por vezes hereditárias. Como já demonstrado, a atuação prática das parteiras envolve a gestão pessoal de suas vidas enquanto mães, donas de casa, responsáveis pelos cuidados com outras pessoas da família, além do exercício de empregos formais que garantam a subsistência básica de suas famílias - uma vez que parte das parteiras, como muitas mulheres periféricas, são responsáveis pelo sustento da casa. Investem recursos pessoais para arcar com os custos da prestação de sua assistência. Assim, sem uma política remuneratória devidamente institucionalizada para permitir a sustentabilidade básica do

exercício do ofício, assim como a manutenção das instituições responsáveis pela capacitação, treinamento e organização administrativa das parteiras tradicionais, o reconhecimento legal torna-se praticamente inócuo, sem avanços práticos na garantia de direitos à essas mulheres.

O elevado percentual de cirurgias cesarianas praticados no país (58,10% no ano de 2022) em relação aos partos naturais revelam a captura do processo de nascimento pela biomedicina convencional, em detrimento dos saberes tradicionais que envolvem o protagonismo e emancipação da mulher na escolha e na condução da sua vida de parto. A institucionalização da biomedicina tradicional como o único modelo válido e viável de ser adotado pela rede pública de saúde potencializa esse efeito, afastando o atendimento das parteiras.

Assim, a despeito do necessário reconhecimento do ofício das parteiras tradicionais, ainda não se consolidou a importância dessa atividade comunitária e ancestral vislumbrando-se a efetiva promoção de avanços na política de fortalecimento da parteria e em consequência na saúde da mulher, por meio da construção e perpetuação de saberes coletivos.

## **Conclusões**

A realização da presente pesquisa resultou de um processo intenso, permeado por reflexões acerca do ser pesquisador, do impacto das estruturas capitalistas sobre comunidades e a disseminação dos seus saberes e perpetuação do patriarcado sobre as organizações tradicionais. Foram realizados encontros que potencializam as trocas de saberes e abriram novas perspectivas sobre o trabalho das parteiras tradicionais, pelas múltiplas e distintas realidades que abrangem. Ao longo do processo de pesquisa, foi possível aportar fundamentos teóricos e metodológicos que resultaram em um importante acúmulo de conhecimento sobre tema, após 24 meses de discussões e reflexões pautadas nos pilares da etnobiologia e em princípios de inclusão social.

Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, se analisou que em um primeiro momento, na década de 90, houve um processo de fortalecimento da prática do ofício das parteiras tradicionais, mediante contrato com a Secretaria Municipal de Saúde, atendimento das gestantes nos postos de saúde e acesso franqueado ao Hospital Comunitário Nossa Senhora da Penha, cursos de capacitação em ambiente hospitalar, além de remuneração mensal pelos ofícios executados, a despeito de algumas deficiências. Foi um período de desenvolvimento e protagonismo das parteiras no



cuidado da saúde da comunidade, inclusive com o exercício de projetos sociais como confecção de enxovais e campanhas de arrecadação de cestas básicas.

Após, principalmente após o ano de 2009, houve um processo de supressão das garantias das parteiras, passando a se observar um processo de apagamento das suas práticas. Verificou-se a situação de precariedade ou ausência de possibilidade de atendimento, impactando negativamente sobre a políticas de acesso à saúde da gestante, em um contexto de fragmentação de atuação do poder público sobre a saúde da mulher, sobremaneira nas áreas rurais, em que as demandas de saúde são historicamente preteridas no contexto local.

No momento atual, observa-se um movimento de apropriação dos saberes tradicionais das parteiras, por meio da ascensão das casas de parto humanizado e do exercício crescente da doulagem - mas distante das detentoras e transmissoras originárias desse saber, as parteiras tradicionais. Assim, ainda que tais iniciativas de certa maneira vislumbram a retomada do protagonismo e da emancipação feminina na condução da sua gestação e parto, cabe sua análise sob o viés social. Isso porque a nova roupagem do exercício da parteria sob a atividade da doulagem, mas fora do sistema público de saúde, além da ausência de reconhecimento da ancestralidade que envolvem as práticas e uso das plantas medicinais acima elencadas, representa o acesso apenas a uma parcela da população que dispõe de recursos financeiros para arcar com o assessoramento das doulas. Percebe-se, assim, a assimilação das atividades tradicionais da parteira mas sob o viés capitalista, sob uma lógica que perpetua a exclusão de grupos periféricos - sobretudo rurais - e apagamento do fortalecimento dos laços comunitários que o ofício da parteira tradicional representa.

A institucionalização do ofício das parteiras no Estado do Maranhão, ainda que tenha experimentado avanços com o reconhecimento proveniente da Lei Estadual nº 11.650/2022, carece de mecanismos que permitam, na prática, a valorização e a garantia de continuidade de exercício do ofício das parteiras na comunidade em que se insere. A construção de uma regulamentação efetiva perpassa pela viabilização de espaços participativos de diálogo, debate e construção coletiva, para que se entendam as principais necessidade e vieses que envolvem a manutenção do ofício - reconhecido inclusive pelo poder legislativo do Estado - como essencial para a promoção da saúde pública da mulher e do parto humanizado. Trata-se de demandas peculiares que demandam olhares sensíveis ao seu reconhecimento, pelo que o desenvolvimento da presente pesquisa desencadeou uma troca de experiências visando a compreensão da diversidade sociocultural das

populações rurais e periféricas em que as parteiras se inserem, suas necessidades e potencialidades e como promover a sustentabilidade administrativa, técnica e financeira das suas atividades.

Em grande medida, os posicionamentos das parteiras entrevistadas, a legitimidade das suas narrativas e as perspectivas de valorização da vida de quem vive em zonas periféricas e no campo fomentam a visão do ofício da parteira como a missão de garantir a continuidade não apenas da vida, mas da esperança. Somente a partir da análise acurada desses aspectos é possível o desenvolvimento de políticas públicas com maior aderência à realidade, reforçando as chances de uma implementação exitosa, com perpetuação de uma comunidade tradicional tão cara à saúde da mulher e do nascido, notadamente em contextos de vulnerabilidade social. Diante do exposto, foram mobilizados elementos teóricos e metodológicos oriundos das experiências vividas e compartilhadas pelas parteiras envolvidas no projeto de pesquisa. As discussões de ruralidade, educação popular em saúde e participação social constituem-se como elementos que se entrelaçam aos estudos teóricos, permitindo que a pesquisa acadêmica incorpore a complexidade peculiar ao viver o ao partilhar social das parteiras tradicionais no Maranhão.

### **Agradecimentos**

Agradeço à comissão de orientação, às parceiras de pesquisa e à CAPES pela concessão de bolsa estudantil de pós-graduação.

### **Referências bibliográficas**

- ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, R. R. N. *Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology*, 2ed. **Humana Press**, 2019. 340p.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres. Raega. **O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 1, 1997.
- ALBUQUERQUE, U. P. *et al.* Descobrimos os segredos da natureza: uma introdução à etnobiologia. 1. ed. **Bauru**: Canal 6, 2023. v. 1. 84p.
- ARMSTRONG, CHELSEYhelsey & BROWNrown, C. Frontiers are Frontlines: Ethnobiological Science Against Ongoing Colonialism. **Journal of Ethnobiology**. 2019. v. 39. pg. 14-31.
- BARBOSA NATAL, G. C.; SINIBALDI, B. Dos rituais às ervas: revisando o ofício de partejar. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, 2021. v.11, n. 2. p 190-201.

- BETRAN, A. P. *et al.* Trends and projections of caesarean section rates: global and regional estimates. **BMJ Global Health**, 2021; v. 6.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2009. 84 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Parto e Nascimento Domiciliar Assistidos por Parteiras Tradicionais: O Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e Experiências Exemplares. Brasília: **Ministério da Saúde**. 2010.
- CAMPOS, J. S. L.; SILVA, T. C.; ALBUQUERQUE, U. P. Participant Observation and Field Journal: When to Use and How to Analyze. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C.; NOBREGA ALVES, R. R. (eds.) *Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology*. 2. ed. **Springer Protocols Handbooks**, New York, 2019. pp. 25-34.
- COSTA, M. L.. Para o “Maranhão Novo”, um novo subúrbio: A formação do bairro “Anjo da Guarda”, em São Luís do Maranhão, no contexto do milagre econômico (1968-1970). In: XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica, 2020, Rio de Janeiro. ANAIS ELETRONICOS DO XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: **Anpuh-RJ**, 2020. v. 1. p. 1-9.
- DIAS-SCOPEL, R. P., LANGDON, E. J. Gestação, parto e pós-parto entre os Munduruku do Amazonas: confrontos e articulações entre o modelo médico hegemônico e práticas indígenas de autoatenção. **Ilha Revista de Antropologia**, 2017; 19:183-216.
- FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, 2013. v.20, n.1, p.203-219.
- FROZ, S, S. A arte de partejar: Histórias de vida e memórias de parteiras tradicionais em São Luís, 2015. 88p. Monografia (Graduação) - Curso de História Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista [livro eletr nico]. Traduaç o, prefácio e notas por Edmilson Costa – apresentação a edição brasileira de Ann bal Fernandes – São Paulo: **Edipro**, 2019.

- OLIVEIRA, R. *et al.* As parteiras tradicionais e a medicalização do parto na região rural do Amazonas. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 2019. n. 33, p.79-100.
- PEREIRA, M. S. Estudo sobre a Associação das parteiras tradicionais do Maranhão, 2009. 106p. Dissertação (Mestrado e Saúde e Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, 2009.
- PEREIRA, M. Associação das Parteiras Tradicionais do Maranhão: relato da assistência ao parto. **Saúde e Sociedade**, 2016. n. 25.
- SILVA, M. T.; SOLDATI, G. T.; DALLAGNOL, A. H. Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral. Uma visão popular da Lei 13.123/2015, o marco legal da biodiversidade brasileira e do acesso e repartição de benefícios sobre o conhecimento tradicional associado. 2020. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Cartilha-Sociobiodiversidadeweb%281%29.pdf>
- SOLDATI G. T. Ethnobiology, Ethics, and Traditional Knowledge Protection. In: ALBUQUERQUE U. P.; NOBREGA ALVES, R. R. (eds.) Introduction to Ethnobiology. Springer Protocols Handbooks, New York, pp.83-89. 2016.
- VIANA, A. L. P.; SANTOS, P. dos M. Trabalhando com as parteiras tradicionais na assistência ao parto e ao recém-nascido em São Luís. **Craibeiras de Agroecologia**, 2019. [S. l.], v. 2, n. 1..

## **Capítulo 4 – Desafios de uma pesquisadora, mulher e mãe junto às suas parceiras, mulheres, mães e parteiras<sup>4</sup>**

Ana Carolina Ribeiro Araújo<sup>1\*</sup>, Emmanuel Almada<sup>2</sup> e Gustavo Soldati<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife, Pernambuco, 52171-900, Brazil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, 88040-900

<sup>3</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900, Brazil.

\* Corresponding author: ana.ribeiro@ecologia.ufjf.br

### **Resumo**

Neste texto busco agregar às discussões sobre os alicerces teóricos em torno de uma Etnobiologia Política e os resultados de estudos de campo voltados à investigação sobre a identidade tradicional das parteiras tradicionais, suas dissensões com a biomedicina hegemônica e seus instrumentos de reconhecimento e emancipação, o trilhar do processo de construção da pesquisa, culminando primeiramente com a construção pontes e laços de confiança e comunitários com a Federação de Parteiras do Maranhão, objeto de estudo. Relato sobre as dificuldades de agendamento das entrevistas, sobretudo em razão da grande vulnerabilidade social, financeira e da sobrecarga que recaem sobre as mulheres que exercem seus ofícios tradicionais, empregos formais e assumem os cuidados com a casa e com outras pessoas da família e busco fomentar discussões sobre os formatos e metodologias acadêmicas a serem aplicáveis a grupos tão diversos, sobretudo enquanto as forças do capital e do patriarcado se assentam sobre o objeto da pesquisa.

**Palavras-chave** Comunidades tradicionais, Pesquisa acadêmica, Metodologias.

### **Abstract**

In this text, I aim to contribute to discussions on the theoretical foundations surrounding Political Ethnobiology and the results of field studies focused on investigating the traditional identity of traditional midwives, their disagreements with hegemonic biomedicine, and their tools of recognition and emancipation. I describe the process of

---

<sup>4</sup> Artigo no formato da Revista *Ethnobiology Letters* ISSN 2159-8126

constructing the research, culminating initially in building bridges and community trust with the Federation of Midwives of Maranhão, the study's subject. I recount the challenges of scheduling interviews, particularly due to the significant social and financial vulnerability and the burdens placed on women who practice their traditional crafts, hold formal jobs, and take care of household and family members. I seek to foster discussions on the formats and academic methodologies applicable to such diverse groups, especially as the forces of capital and patriarchy influence the research subject.

**Key-words** Traditional communities, Academic research, Methodologies.

### **Perspectivas**

Com o início do desenvolvimento do projeto de pesquisa para ingresso na pós-graduação, recordei de uma literatura que havia estudado quando me dediquei brevemente à formação em doula a respeito do histórico de luta e atuação das parteiras tradicionais maranhenses. Recém-formada, dona de casa, mãe de duas crianças, e de volta à minha cidade natal, ao me aproximar da Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão fui bem acolhida e recebida pelas mulheres que se reuniam na casa da presidente da associação para se reorganizar politicamente, e, reativar a diretoria da instituição.

Além do afeto, as reuniões trouxeram também a importância da regularização cartorária da associação e com isso, a possibilidade de serem incorporadas à categoria de Enfermagem para a contemplação da Lei do Piso Salarial da Enfermagem. Compreendi que a urgência na movimentação para adequação à lei advinha do vislumbre de remuneração financeira justa e digna para o ofício das parteiras tradicionais, alvo de conquista da associação há bastante tempo.

Em meio às discussões sobre a documentação necessária para a regulamentação da associação é que se dá a construção da pesquisa. Esta foi discutida e elaborada com as parteiras, sendo adaptada aos objetivos e necessidades coletivas das parceiras de trabalho. A evocação de uma perspectiva a partir de uma compreensão sociobiocultural e política, buscando resgatar também momentos de socialização de práticas e conhecimentos tradicionais, as contemplava perante o anseio de consolidação de documentos que as ampare perante seus direitos consuetudinários.

Para tanto, a Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão, não dispunha de quaisquer apoio ou estruturação para que pudessem avançar com suas atividades. Composta em sua maioria por mulheres periféricas, cujo acúmulo de funções não

remuneradas resultam em condições de vida que as impossibilita de construir uma reserva financeira para destinar à contribuição para a instituição, incita às dificuldades para a redação dos documentos cartorários por ausência de equipamento técnico, e até mesmo para realização de reuniões, por falta de cadeiras para acomodação.

Estabelecida a parceria de trabalho para a pesquisa, fui solicitada a consultorias e a atualização de documentos internos, bem como a redação de cartas para serem encaminhadas à integrantes do legislativo federal e estadual, em busca de reuniões para reivindicações e apoio financeiro. E assim foram desenvolvidas as atividades durante o primeiro ano da pós-graduação: me dediquei aos créditos das disciplinas requisitados pelo programa, bem como as atribuições necessárias para registro da reativação e reorganização da Federação, e tentativa de indicação de contatos para agendamento de reunião com assessores de deputados sensíveis ao setor da saúde pública. Além, claro, de minhas funções enquanto dona de casa e na criação dos meus filhos.

Com o início do segundo ano dedicado à pós-graduação, ainda que tenha avançado com o registro da Diretoria Provisória da instituição em cartório financiada com muitos esforços de colaboração pessoal das associadas, o prazo para apresentação do documento de eleição da Diretoria Definitiva foi perdido. Não houve quaisquer retornos concretos dos representantes do poder legislativo, apenas promessas vazias de possibilidades de agendamento em um futuro imaginário. Somado a este momento, a presidente da associação, foi acometida pela doença catarata, que a cegara a visão. Nesse momento, houve o deslocamento da presidente para o interior do Estado, a fim de receber cuidados familiares. A mim, fora solicitado a busca de contatos para realizar agendamento de consulta em instituições públicas de assistência e por conseguinte, a emergente cirurgia necessária ao estabelecimento de sua saúde. Infelizmente, apesar das tentativas com contatos médicos não houve retorno de encaminhamento de agendamento para consulta.

Nesse deslocamento, passaram-se em torno de 4 meses sem quaisquer contato com a representante presidente da associação, pois seu meio de comunicação via telefone estava danificado para uso. Com isso, também houvera suspensão das atividades em andamento na sede da instituição, situada na capital do Estado. Esse momento representou grande angústia e ansiedade pessoal enquanto pesquisadora, uma vez que só soube do motivo de sua ausência quando voltara de viagem.

Com sua volta, as atividades relacionadas ao campo para coleta de dados do presente estudo já estavam atrasadas em vista o calendário programático acadêmico. Felizmente, seus procedimentos cirúrgicos foram agendados e devidamente realizados, e

enquanto ao tempo de sua recuperação, iniciei as entrevistas com as parteiras associadas. Ainda assim, as dificuldades de agendamento com as participantes voluntárias da pesquisa se colocaram a frente novamente. Chegada à época das viroses, muitas parteiras foram acometidas pelas enfermidades, assim como a mim e meus filhos, interrompendo mais uma vez o andamento das atividades.

Muitos foram os motivos para cancelamento e adiamento da coleta de dados: tratamento de doenças, deslocamento de integrantes da associação para cuidados de familiares no interior do Estado, afastamento de seus ofícios para cuidados de parentes recém-operados também na capital, ocupação com manifestações realizadas pelo setor da Enfermagem, redução de tempo disponível por regime de trabalho com plantões na saúde pública, e eventos climáticos naturais como intensas chuvas e eclipses solares.

Destarte os acontecimentos, é notória a sobrecarga da saúde coletiva para as mulheres. As parteiras relataram em entrevista as dificuldades já vivenciadas por suas antepassadas, *“meu pai foi embora, ele passou quinze ano fora e deixou minha mãe com nove filho pra ela criar sozinha. Aí ela deixou, parou mais assim as atividades de parto né... Focou mais em serviço, que era nove filho nas costas dela sozinha. E os partos que ela fazia, ela não recebia. Todos que ela fazia era voluntária. Aí então pra nós poder escapar da morte, como diz a minha mãe, escapar da morte da fome, ela botava nós em casa de família. Eu e minhas irmãs pra trabalhar, ser babá... Então com isso eu fui me afastando dela, né? Não tive mais tempo pra viver com ela. Nos momentos que ela ia fazer parto, eu já não ia mais porque eu já não estava mais com ela, já estava numa rotina de trabalho e tudo. Aí então quando nós viemos pra cá pra Cidade Olímpica, que hoje nós reside aqui – há mais de de vinte anos – eu voltei a acompanhar ela muito aqui também nos partos.”*

Eu, enquanto pesquisadora, mulher e mãe, também não sou isenta aos cuidados coletivos sociais. Com as férias escolares, o cuidado integral de duas crianças, e sem dispor de uma rede de apoio, necessitei suspender temporariamente às atividades até que me fosse possível disponibilidade de tempo e estudo.

No retorno para início do último semestre dedicado à pós-graduação, me deparei com situação de grande vulnerabilidade social e financeira das parteiras. Durante uma reunião para reestabelecermos o cronograma das atividades, a concessionária pública de energia responsável pelo fornecimento de luz elétrica fora ao endereço da presidente da associação para realizar o corte de abastecimento. A presidente, acometida pelo impasse dos débitos em contas de luz e ausência de fundos, em função do recente desemprego de



sua filha que a sustenta financeiramente, ficara muito nervosa, à levando a um mal-estar. Me fora relatado também a escassez alimentar, que estava sendo suprida por pessoas próximas da comunidade.

No momento, ela estava assistida apenas por sua neta, menor de idade, também incapaz de manejar a situação. Diante do desamparo de uma mulher idosa, periférica, recém-operada, prontifiquei-me a buscar e analisar laudos médicos em sua residência que suprissem o impedimento do processo de corte de energia. Conseguido desfecho favorável ao cenário em que se apresentou o problema, sentimo-nos aliviadas em superar esse infortúnio.

As tentativas em conciliar as atividades programadas pelo calendário acadêmico continuaram, entretanto, foram minadas por processos pessoais de ansiedade e angústias advindas das dificuldades aqui elucidadas. O acúmulo de demandas profissionais, físicas e emocionais e o não andamento do projeto de pesquisa - conforme construído previamente - me fizeram acreditar que eu não seria nem mesmo capaz de redigir o trabalho final, manuscritos advindos do que foi possível realizar dentro do requisitado pelo programa de pós-graduação.

Além de pesquisadora, tornei-me próxima às suas lutas por justiça social, prestei consultorias, conselhos, representação junto a órgãos públicos, despachante de documentos oficiais que por vezes extrapolavam o objeto da pesquisa, mas que fora essencial para o estabelecimento do elo para dar início ao estudo.

A necessidade de criação de elo de confiança entre pesquisador e parceiros de pesquisa, que se dá pela estratégia de comunicação, tempo e dedicação, existe para que se faça a tentativa de captar em essência os dados utilizados para reflexão das hipóteses propostas. Isso porque, a Federação das Parteiras Tradicionais, sofrem com o afastamento social impellido pelo preconceito em seu ofício enquanto parteiras tradicionais em suas realidades periféricas. Essa abordagem, apesar de transversal, coletiva e intersetorial, ainda se demonstrou insuficiente para a elaboração pela do produto requisitado ao programa de pós-graduação.

Verifica-se, portanto, a dificuldade de estratégia de comunicação e execução entre os pesquisadores e o grupo de pesquisa de forma eficiente ao desenvolvimento das atividades previstas, que em larga escala se extrapola à reflexão de que essa demanda, não pode ser pensada academicamente reduzida à uma mera disponibilidade de tempo ou financeira do pesquisador, mais que isso, uma disponibilidade emocional.

Por fim, as experiências aqui socializadas resultaram de um processo intenso permeado por reflexões do *ser* pesquisadora, mulher e mãe. Além do tocante à construção do produto apresentado, acumulei diversas demandas familiares para com os meus filhos, como a gestão do tempo de qualidade, noites em claro amamentando e realizando os estudos e trabalhos requisitados pelas disciplinas, inclusive a interrupção do aleitamento materno exclusivo de minha filha, por motivo de viagem à Recife para atender aos formatos das disciplinas. Ainda que dispusesse de acompanhamento psicológico, muitos foram os momentos de adoecimento mental, além do adoecimento físico pela queda de imunidade advinda do cansaço extremo, que me renderam muitas vezes ao pensamento de desistir de uma pós-graduação tão estimada e respeitada nacionalmente em estudos etnobiológicos.

Graças ao apoio de minha equipe de orientação, e impulsionada pela força das mulheres que me ensinaram à resistência de luta em diversas frentes - sejam elas familiares, profissionais ou institucionais, concluiu-se o trabalho possível realizado ao longo dos dois anos dedicados à pós-graduação, apresentadas reflexões e possibilidades de análise crítica e política do *ser* pesquisadora, mulher e mãe.

## CONCLUSÕES FINAIS

A presente dissertação pretende adentrar no âmbito de uma abordagem inovadora dentro do campo da Etnobiologia que vem sendo recentemente estruturada, a “Etnobiologia Política”, apresentando implicações jurídicas, ecológicas e sociais.

Essa linha de estudo, cuja produção científica encontra-se em estágio embrionário, é referenciada principalmente pela Ecologia Política, e pretende o desenvolvimento de estratégias de poder de conhecimento a partir do pensamento emancipatório, elaborados por povos e comunidades tradicionais, propiciando assim a descolonização do conhecimento e a legitimação dos saberes alternativos.

Debruçando-se sobre a hipótese de que o poder exercido pela biomedicina corrobora para que os saberes, ofício e identidade tradicionais das parteiras tradicionais do Maranhão sejam marginalizados, pretende-se avançar nas análises dos processos de construção histórica da identidade tradicional das parteiras tradicionais do Maranhão em dissensão com a Biomedicina a partir de uma perspectiva etnobiológica política. Assim, espera-se contribuir com o amadurecimento conceitual, metodológico e teórico da Etnobiologia Política, procedendo-se ao exame de seus contornos práticos para a compreensão das estratégias de resistência concebida por povos e comunidades tradicionais.

A pesquisa almeja, unindo a construção do conhecimento etnobiológico político com demandas reais desses atores sociais, construir um Protocolo Comunitário Biocultural das Parteiras Tradicionais do Maranhão, possibilitando uma base para a iniciativa de construção de legislação que defenda, ampare e proteja seus direitos consuetudinários. Além do reconhecimento público desse ofício tradicional, a elaboração do referido Protocolo pretende a perpetuação dos saberes vinculados à biodiversidade e a afirmação da autoidentidade perante a própria comunidade, além dos poderes instituídos.

## PRINCIPAIS LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As principais limitações do presente estudo estão atribuídas a condição pessoal de maternidade da pesquisadora responsável pela dissertação. Mãe e dona de casa em tempo integral, muitas são as dificuldades enfrentadas para conciliar com o desenvolvimento de uma pesquisa de pós-graduação. Por diversas vezes senti minha competência e capacidade ser limitada pela sobrecarga materna.

Com a autoestima profissional em muitos momentos abalada pela frustração em conseguir me dedicar aos estudos e realização da pesquisa, além de me sentir consumida pelo cansaço extensivo, tive a incerteza de conseguir concluir a pesquisa.

Somado a esse cenário, a presidente da Federação das Parteiras Tradicionais, dona Marina, necessitou se deslocar para cidade no interior do Estado para tratamento médico durante o período de 4 meses, e, sem acesso a telefone celular móvel, fiquei sem seu contato e notícias de seu estado de saúde. Ainda que posterior a esse período o contato com a presidente da Federação tenha sido reestabelecido, devido aos problemas de saúde acrescidos do avançar de sua idade, a Federação necessitou passar por um momento de reorganização social e política.

Convocada uma nova eleição com a indicação de posse da presidência da Federação para filha de dona Marina, algumas reuniões foram convocadas, mas não contaram com a presença das parteiras. A urgência das pautas estava voltada para tentativa de regularização da Federação em cartório para que se articulasse politicamente a inclusão da categoria das parteiras tradicionais no projeto de lei do piso salarial da enfermagem em negociação no Congresso Nacional. Diante da prioridade da situação exposta, concentrei meus esforços nesse momento em prestar consultoria e apoio a regularização cartorária da Federação, me direcionando a idas ao cartório para andamento do processo, bem como a reuniões na casa de dona Marina.

Além disso, a nova configuração da comissão diretora da Federação trouxe incerteza da possibilidade de dar continuidade a realização da pesquisa. Quando estruturando o projeto, busquei as devidas autorizações necessárias para submissão da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa, como prevê o procedimento legal. Mas, nas tentativas de realização metodológica encontrei resistências. As integrantes da nova configuração da comissão diretora da Federação tiveram experiências negativas anteriores com pesquisas, o que as inclinou para a desistência da parceria de pesquisa. As indicadas a compor a comissão diretora da Federação nesse momento de reestruturação não estavam abertas ao diálogo para autorização da continuidade da construção do presente projeto de pesquisa, já em curso há 1 ano.

Portanto, eu e meu comitê de orientação em reuniões avaliamos o cenário que se construía, e o momento careceu da suspensão das atividades previstas pelo calendário acadêmico da pesquisa para ações voltadas a conquista da confiança das integrantes da comissão diretora da Federação. Houve uma delicada negociação para o concebimento de contatos com os quais eu pudesse acessar para criar laços, a fim de construir pontes

sob aspectos afetivos para a imersão no universo de pesquisa, que se estenderam ao longo de semanas em encontros e visitas. Felizmente, as conversas confluíram para autorização da realização da pesquisa, apesar do acarretamento no atraso previsto para início das atividades de campo.

Passado o momento de tensões, a realização das entrevistas semiestruturadas fora mais uma vez adiado durante um período por adoecimento da responsável pela pesquisa e das voluntárias de participação da pesquisa devido a ocorrência de fortes viroses na cidade. A soma dos sucessivos eventos aqui explanados desencadeara no atraso dos contatos com as parteiras, bem como as atividades de campo e a coleta de dados. A dedicação e inspiração no ofício tradicional das parteiras, com sua força e resiliência, foram cruciais para a superação das dificuldades da pesquisa e para a compreensão das limitações do presente estudo.

Nesse sentido, reforça-se que para alcançar uma abordagem biocultural com a Etnobiologia Política, se requer a integração construtiva prática e afetiva entre a pesquisa e seus parceiros de estudo. Uma vez que a relação de respeito e confiança é inestimável para a consolidação de uma pesquisa-ação que reverbere para a representatividade dessa identidade tradicional, concebe-se também o entendimento das dissensões entre o tempo de constituição dessas relações com uma comunidade tradicional e o cronograma acadêmico.

## PROPOSTA DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A proposta de investigação futura se dá pela avaliação de elaboração do dispositivo de Protocolo Comunitário Biocultural da Federação das Parteiras Tradicionais do Maranhão para as práticas, modo de ser e viver das parteiras maranhenses. O protocolo biocultural é um instrumento que se propõe a garantia de direitos. Nessa concepção, dado um espaço temporal necessário a fim de que ações sejam mobilizadas nesse sentido, pode submeter-se a análise a capacidade de articulação de soluções propulsionadas pelo referido documento para proteção da identidade tradicional das parteiras, a conservação de seus conhecimentos e práticas tradicionais associados à saúde coletiva e a sociobiodiversidade, bem como o reconhecimento do ofício tradicional e o alcance de condições dignas de exercê-lo, para a promoção de justiça social.

**ANEXO 1** - Entrevista semi-estruturada empregada na pesquisa “Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política”

### **Formulários de entrevista - caracterização das informantes e de sua identidade e ofício tradicional**

Convidamos a Sra. para participar como voluntária da pesquisa “DISSENSÕES ENTRE OS SABERES POPULARES DAS PARTEIRAS MARANHENSES E A BIOMEDICINA: UMA ABORDAGEM BIOCULTURAL”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora ANA CAROLINA RIBEIRO ARAÚJO, residente em Rua Capitão José Pontes Melo, nº 18, quadra B, Bairro Residencial Esperança, CEP 65064-526, telefone (32) 99181-7857, email: ana.ribeiro@ecologia.ufjf.br. Esta pesquisa está sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Taboada Soldati, telefone (32) 99941-7496, email: gustavo.soldati@ufjf.br .

Entrevistada: Dia: Horário: Zona: N° da folha:

- Gostaria que a senhora me contasse um pouco da tua história de vida, por favor (*explorar onde nasceu, trajetória de vida, quanto tempo mora na localidade, no bairro, se frequenta alguma igreja, se frequenta algum grupo social, como bordados, associação de bairros, se ela tem alguma profissão ou como consegue recursos financeiros para a sua autorreprodução social*)
- Você se reconhece como parteira? Por quê?
- Gostaria que a senhora me contasse como foi o teu processo de se fazer parteira (*explorar o motivo e o contexto (tempo e espaço) que ela se despertou para a prática da parteria tradicional, ou seja, o que a motivou, quais foram os eventos e as sequências temporais, como que cada um desse evento foi acumulando no desejo de ser parteira, destacar pessoas importantes e como cada uma delas contribuiu ao processo de se tornar parteira*)
- Quando a senhora se auto reconheceu como parteira (*novamente, destacar os eventos e o processo de reconhecimento*)?
- Para a Sra, o que é ser “parteira tradicional”?
- O que é preciso para ser uma “parteira tradicional”?
- Todas as pessoas podem ser “parteiras tradicionais”?
- Como a Sra aprendeu a arte da parteria tradicional?
- Quais são os locais onde a Sra atua enquanto parteira tradicional?
- Como é o processo das pessoas te procurarem para ser a sua parteira?
- Quais são os momentos de assistência prestados por uma parteira tradicional?
- Se a Sra puder me ensinar, gostaria de saber quais são os métodos e técnicas usados pela Sra na assistência de parturientes.
- Por que a senhora exerce a profissão de parteira tradicional? A partir da resposta explorar as dinâmicas dos processos que forem relatados.
- Qual é a importância das parteiras tradicionais?
- Você tem uma rede de parteiras amigas?
- Em que ano a Sra se registrou na Federação das Parteiras Tradicionais? Por que se registrou?
- Apenas na comunidade ou há inserção na rede hospitalar?
- Na sua prática, existe uma parceria/diálogo com a rede hospitalar pública próxima à área onde a Sra atua?

- Na sua percepção, o ofício das parteiras tradicionais é valorizado pela comunidade onde a Sra atua?
- Como a Sra tem acesso ao que é necessário para prestar assistência à gestante?
- Quais são as dificuldades enfrentadas pelas parteiras tradicionais no exercício do seu ofício?
- - Quais seriam as possíveis soluções que a Sra acredita que poderia ajudar a diminuir essas dificuldades enfrentadas?
- Nos saberes envolvidos na prática da parteria tradicional, a Sra faz uso de plantas ou ervas medicinais? (*lista livre*)
- - Como a Sra acessa essas plantas e ervas?
- - Existem plantas que antigamente eram mais fáceis de serem acessadas do que hoje em dia?
- Existem técnicas ou preparados medicinais que eram usados antigamente e hoje em dia estão em desuso?
- - Se sim, quais?
- - O que a Sra acha que levou essas técnicas ou preparados medicinais a caírem em desuso?

**ANEXO 2 – Lista livre empregada na pesquisa “Dissensões entre os saberes populares das parteiras maranhenses e a biomedicina: um olhar a partir da Etnobiologia Política.”**

<b>FORMULÁRIO 02 - LISTA LIVRE DE USO E ACESSO À BIODIVERSIDADE</b>					
<b>Informante:</b>				<b>Data:</b> /    /	<b>Folha:</b>
<b>Nome da planta</b>	<b>Característica da planta</b>	<b>Método de coleta</b>	<b>Local de acesso</b>	<b>Dificuldade de acesso</b>	<b>Dificuldade de acesso. Porque?</b>
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
				(1) (2) (3) (4) (5)	
<b>Observações:</b>					



